

**PEDRO DOS SANTOS FACCHIN**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**QUANDO O TEXTO VIRA NÚMERO:  
LINGUÍSTICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL NA ACADEMIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística. Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva.

Florianópolis

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Faccin, Pedro dos Santos

Quando o texto vira número : Linguística e produção  
intelectual na academia / Pedro dos Santos Faccin ;  
orientador, Fábio Luiz Lopes da Silva - Florianópolis, SC,  
2015.

109 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-  
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Produção intelectual. 3. Sistemas  
disciplinares. 4. Academia. I. Lopes da Silva, Fábio Luiz.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Linguística. III. Título.

Pedro dos Santos Faccin

**QUANDO O TEXTO VIRA NÚMERO:  
LINGUÍSTICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL NA ACADEMIA**

Esta dissertação foi julgada adequada, para obtenção do título de “Mestre em Linguística”, e aprovada, em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de agosto de 2015.

---

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura  
Coordenador do Programa – PPGLg – UFSC

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva  
Orientador – UFSC

---

Prof. Dr. Atilio Butturi Junior  
UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristine Görski Severo  
UFSC

---

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques  
UFSC



*Para aqueles que tornaram tudo possível, Névio e Soní, com todo o meu carinho e a minha gratidão.*



## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Fábio, por ter acreditado neste trabalho e por tudo que me ensinou ao longo dos anos em que trabalhamos juntos.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, pela participação, pelos comentários críticos e pelas sugestões.

A todos aqueles que me ajudaram na realização deste trabalho.



*Infelizmente, parece ser muito mais fácil condicionar o comportamento humano e fazer as pessoas se portarem da maneira mais inesperada e abominável do que convencer alguém a aprender com a experiência, como diz o ditado; isto é, começar a pensar e julgar em vez de aplicar categorias e fórmulas que estão profundamente arraigadas em nossa mente, mas cuja base de experiências foi esquecida há muito tempo, e cuja plausibilidade reside antes na coerência intelectual do que na adequação a acontecimentos reais. (Hannah Arendt, “Responsabilidade pessoal sob a ditadura”, 1964).*



## RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre a relação entre as condições de produção intelectual na universidade e a situação atual da linguística no Brasil. A partir de uma análise do gerenciamento da produção intelectual na academia, notadamente da avaliação dessa produção e de algumas de suas consequências, como a quantificação do texto acadêmico, a objetivação do trabalho intelectual, a publicação frenética, o isolamento dos discursos na própria academia, entre outras tantas, observa-se as implicações dessas consequências no que concerne à linguística brasileira. São apresentados e desenvolvidos também outros temas considerados pertinentes na realização desta discussão, como a ideia de sistema disciplinar e a noção de responsabilidade na academia.

**Palavras-chave:** Linguística. Academia. Sistemas Disciplinares. Texto. Quantificação. Publicação.

## RÉSUMÉ

Ce travail est une étude des relations entre les conditions de la production intellectuelle à l'université et la situation actuelle de la linguistique au Brésil. A partir d'une analyse de la gestion de la production intellectuelle dans l'académie, notamment de l'évaluation de cette production et de quelques-unes de ses conséquences, comme la quantification du texte académique, l'objectivation du travail intellectuel, la publication frénétique, l'isolement des discours au sein de l'académie, entre tant d'autres, on peut observer les implications de ces conséquences en ce qui concerne la linguistique brésilienne. D'autres thèmes considérés pertinents dans la réalisation de cette discussion sont également présentés et développés, comme l'idée de système disciplinaire et la notion de responsabilité dans l'académie.

**Mots-clés :** Linguistique. Académie. Systèmes disciplinaires. Texte. Quantification. Publication.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>77</b>
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>



## INTRODUÇÃO

A fim de introduzir, em linhas gerais, os temas que serão investigados neste trabalho, julgo que seja oportuno refazer brevemente o percurso de sua gênese, retomando algumas das leituras que primeiro lhe deram forma.

Ao contrário do que seria supostamente convencional, não foi um autor linguista, tampouco uma teoria ou conceito familiar à área em questão, que ofereceu o ponto de partida para esta dissertação (apresentada justamente em um programa de pós-graduação em linguística). Também não foram fundamentais, naquele momento inicial, questões metafísicas mais gerais, que têm a virtude de dar largada a muitos trabalhos acadêmicos. Na verdade, as origens deste estudo estão bastante próximas, fisicamente próximas, de certo modo. Isso porque me refiro a um livro publicado por uma editora local e organizado por dois professores desta mesma instituição em que estudo, a Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado *Crítica à razão acadêmica*.

Trata-se de uma coletânea de textos que discutem variados temas referentes à universidade contemporânea. Mais por acaso do que por conveniência, era um dos livros que tinha em mãos justamente na época em que elaborava um anteprojeto de mestrado. Nele encontrei dois textos que trouxeram um princípio de ordem a certas indagações antigas – até então pouco ordenadas, as quais se me apresentavam menos como problemas concretos a serem analisados e mais como inquietudes dispersas em relação à academia e à área de Letras – além da motivação para estudá-las a fundo (por perceber que aquelas indagações não eram de modo algum impróprias, que já eram discutidas, que havia interlocutores).

O primeiro dos textos, “A liberdade sacrificada”,<sup>1</sup> cujo autor veio a ser posteriormente o orientador deste estudo, é uma breve consideração sobre a liberdade no labor acadêmico. Penso que a ideia de liberdade sacrificada ali sugerida guiou minhas investigações posteriores, pois condensa em si duas premissas fundamentais para este estudo: a primeira é a premissa de que existe de fato uma considerável

---

<sup>1</sup> LOPES DA SILVA, F. L. A liberdade sacrificada. In: OURIQUES, N.; RAMPINELLI, W. J. (Orgs). *Crítica à razão acadêmica* – reflexão sobre a universidade contemporânea. Florianópolis : Insular, 2011, p. 15 – 22.

margem de liberdade (em relação ao trabalho dos acadêmicos) na Universidade; a segunda, a de que essa liberdade está sujeita ao sacrifício.

O segundo texto, “Ciência e pós-graduação na Universidade brasileira”,<sup>2</sup> esclarece, à luz de dados relativos à produção científica na pós-graduação brasileira, que a ideia de avanço científico, ou avanço de pesquisa, confunde-se, na política de gestores da pós-graduação nacional, com avanço quantitativo da publicação de trabalhos dos docentes universitários. Parece-me óbvio que se trata de uma confusão perniciosa, sobretudo quando chancelada por aqueles que regem o trabalho desses docentes, pois vincula pesquisa à publicação prolixa, incentivando um sistema que tornaria grandes acadêmicos, como Wittgenstein, que publicou muito pouco, por exemplo, inaptos ao trabalho na pós-graduação.<sup>3</sup> Diante dessa análise que escancarava de modo tão evidente a existência de uma política de trabalho acadêmico voltada à publicação, confirmou-se finalmente uma impressão que, durante minha graduação em Letras, tornou-se progressivamente mais clara e, agora, atingia seu paroxismo: a impressão de que a atmosfera universitária transpira uma espécie de obsessão por publicar. Trata-se de uma obsessão que acossa a vida acadêmica e favorece um deslocamento grave de prioridades: deslocamento do ensino, da pesquisa e da extensão para a publicação (entendo, evidentemente, que publicar é uma atividade essencial para o progresso desse tripé, mas, a partir do momento em que deixa de ser apenas um recurso entre outros e se torna a pedra angular do trabalho na Universidade, como veremos à frente, é sinal de que está sobrepujando o próprio tripé).

A essa altura, ainda de modo bastante provisório (pois me faltavam informações essenciais), vislumbrei a pesquisa que viria a empreender para elaborar esta dissertação e comecei a delinear um percurso de análise. Primeiramente, percebi que era necessária uma investigação urgente e crítica sobre o sistema de publicação acadêmica no Brasil e suas consequências – necessidade que acabou se

---

<sup>2</sup> OURIQUES, N. Ciência e pós-graduação na universidade brasileira. In: OURIQUES, N.; RAMPINELLI, W. J. (Orgs). *Crítica à razão acadêmica – reflexão sobre a universidade contemporânea*. Florianópolis : Insular, 2011, p. 73 – 107.

<sup>3</sup> Wittgenstein, em relação a sua obra filosófica, publicou apenas 25000 palavras em vida (*O Tractatus* e um pequeno texto para uma conferência. (Cf. STERN, D. The Bergen Electronic Edition of Wittgenstein's Nachlass. *European Journal of Philosophy*, v. 18. n. 3, 2010, p. 455-467).

confirmando ao longo de minha pesquisa, através da qual notei que, embora tenhamos ótimos trabalhos nessa seara, faltava-nos uma análise ainda mais detalhada e profunda, uma análise capaz não somente de explicitar o funcionamento geral de tal sistema, mas também de predizer suas consequências para um determinado campo científico, neste caso, a linguística.<sup>4</sup> Em seguida, já tendo um ponto de partida e um orientador, minhas leituras foram dirigidas a assuntos implicados por essas observações iniciais que aponte até aqui, de modo que fosse possível considerá-las à luz de mais informações e, a partir daí, delimitar um tema objetivo (porque tinha muitas ideias em mente, mas eram abrangentes demais, então era preciso fazer um recorte).

\*

O anteprojeto que desenvolvi e que apresentei no processo de seleção para o mestrado delimitava o seguinte tema: “O sistema disciplinar de produção intelectual acadêmica e a dissociação entre linguística e política” (trata-se do tema objetivo a que me referia acima). É dispensável demonstrar agora como cheguei a ele partindo daquelas primeiras motivações, uma vez que a sequência deste estudo se encarregará de indicar o percurso realizado. É imprescindível, no entanto, esclarecer o que ali está implicado. Sendo assim, retomarei brevemente alguns dos pontos aos quais me referi para apresentá-lo naquela oportunidade.

Em primeiro lugar me referi ao livro *Por uma linguística crítica*, do linguista Kanavillil Rajagopalan, no qual o autor adverte que grande parte da linguística se encontra distante do interesse público (mesmo, e curiosamente, em questões de política linguística) e que muitos pesquisadores da área “preferem trabalhar à revelia das possíveis consequências do seu trabalho para o mundo e para as pessoas de carne e osso que nele habitam”.<sup>5</sup> Entendo que a ideia de consequência do trabalho acadêmico para indivíduos “de carne e osso” é bastante relativa

---

<sup>4</sup> De certa maneira, como fez Donoghue, em *The last professors* (2008), ao analisar a expansão da cultura corporativa na universidade, lançando mão de uma abordagem do tema em que não apenas demonstra sua ocorrência, mas projeta suas consequências concretas para o futuro das humanidades (e seus professores) na academia.

<sup>5</sup> RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão da ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 135.

e poderia ser amplamente debatida.<sup>6</sup> No entanto, não é esse o ponto que pretendo destacar aqui. Na verdade, o que realmente me interessa não é o fato de que certas áreas da linguística se encontram longe do interesse público – não há nada de anormal aí, outras ciências vivem o mesmo (seguramente ninguém espera que todas as áreas da matemática ou da química estejam próximas do público) – mas sim o fato de que, mesmo nas questões linguísticas que se tornam públicas, a linguística está longe do público, isso sim é anormal, é a grande sacada de Rajagopalan. Trocando em miúdos, o que, no fundo, está implicado aqui é que os linguistas têm sérias dificuldades em serem levados em consideração em discussões linguísticas públicas, o que, sem dúvida, pode configurar um problema quando o debate envolve tomadas de decisão política nesta área. Evoco um acontecimento mais ou menos recente para ilustrar: como convencer um deputado, por exemplo, de que proibir “estrangeirismos” na língua, que este político aparentemente considera uma unidade definida e homogênea, não passa de uma proposta de lei absolutamente incongruente, se o linguista não tem vez nessa discussão? Devo lembrar que a proposta de lei nacional “antiestrangeirismos”, que causou polêmica há alguns anos, acabou sendo de fato revogada, mas, recentemente, um projeto de lei muito semelhante foi aprovado pela Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul (ao que parece, sem a participação de qualquer linguista).<sup>7</sup>

Penso que uma das metades do tema já se esclareceu, pelo menos em parte – de qualquer modo, à medida que a leitura das páginas seguintes for ocorrendo, as lacunas pendentes irão sendo naturalmente preenchidas. Quanto à outra metade, é preciso definir a que exatamente me referia por “sistema disciplinar”. Em relação à ideia de “sistema”, não faço referência direta a nenhum conceito específico que distinga a expressão de seus usos corrente, emprego-a simplesmente em um de seus sentidos usuais: de um todo organizado formado por partes distintas, um arranjo (no caso, das partes que formam esse processo organizado que é o sistema de publicação acadêmica). Já em relação à

---

<sup>6</sup> Na medida em que aparenta exigir uma espécie de objetividade produtora do trabalho de pesquisa, como se o estudo acadêmico precisasse produzir algo “concreto”, o que me parece questionável.

<sup>7</sup> RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei nº156 de 2009. Institui a obrigatoriedade da tradução de expressões ou palavras estrangeiras para a língua portuguesa, sempre que houver em nosso idioma palavra ou expressão equivalente, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

“disciplina”, lanço mão de uma definição bastante específica, aquela que aparece em *Vigiar e Punir*, de técnicas para garantir a ordenação de multiplicidades humanas, técnicas que sejam (econômica e politicamente) pouco custosas, que sejam abrangentes, que maximizem a servilidade e a produtividade dessa disposição de múltiplos indivíduos.<sup>8</sup>

Na prática, as disciplinas podem se exercer em toda parte, tanto nos exércitos quanto nas escolas, assim como nas Universidades onde se encontram os linguistas. No entanto, não me prolongarei agora na questão da disciplina, porque ela será retomada mais adiante de modo mais profundo. Além disso, já é possível ter uma noção ampla do que propunha no anteprojeto. Devo anunciar, por fim, que, entre aquela proposta inicial, apresentada e aprovada há mais de um ano, e a pesquisa que acabei efetivamente realizando, agora apresentada, não há nenhuma mudança de objeto, de modo que retomei aqui seu tema justamente para poder, sem perder a perspectiva de refazer o percurso da gênese deste trabalho, introduzir a pesquisa que apresento adiante, cujo tema é absolutamente o mesmo, com apenas uma ressalva: onde escrevi “política” no anteprojeto, escreveria, hoje, “o público”. Assim, a política segue implicada, mas a perspectiva se torna muito mais abrangente e caracteriza com mais fidelidade o desenlace de minhas investigações.

Por último, lembro ainda que essa discussão vai muito além da linguística e, em virtude disso, são abordados uma série de temas que se relacionam de maneira bastante geral com a academia, como a própria ideia de produção intelectual na universidade, a ideia de quantificação, as noções de servidão voluntária e de responsabilidade individual, entre outras.

\*

Vejamos agora, na prática, o panorama da situação. Eis o que diz a revista semanal de maior circulação no Brasil, a *Veja*, sobre os linguistas que “relativizam” a ideia de certo e errado na comunicação em língua portuguesa, ou seja, quase todo linguista (ainda não conheci, na Universidade, algum que não o faça): “O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por

---

<sup>8</sup>FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2006 [1975], p. 206.

falar errado.”<sup>9</sup> Se houvesse pesquisado a fundo o que realmente “preconizam” os linguistas sobre esse tema, o autor da crítica também teria percebido, talvez, a embaraçosa ironia: que ganha a vida justamente “falando errado”. Ocorre que ele desconhece (ou, pelo menos, desconhecia) o que dizem os linguistas, mas isso foi em 2001, quando os programas brasileiros de pós-graduação em linguística publicaram em quantidade “modesta”: mais de 1.760 itens.<sup>10</sup> Eram outros tempos, as publicações em papel eram mais comuns, a internet – e com ela os periódicos especializados *online*, destino tão comum para as publicações acadêmicas atuais – ainda não estava tão desenvolvida e acessível quanto hoje, e talvez fosse preciso se deslocar à biblioteca universitária mais próxima para ler os trabalhos dos linguistas (o que, suponho, seria uma tarefa natural, dado que o objetivo era discorrer sobre o tema para o grande público).<sup>11</sup> No entanto, a tarefa deve ter parecido muito custosa, pois o jornalista não foi além do mais acessível e famigerado (no duplo sentido) Pasquale Cipro Neto – que, afinal, era o protagonista do artigo.

Atualmente, no entanto, a realidade é outra, as publicações aumentaram exponencialmente e o acesso a elas se tornou mais prático. Em alguns anos, o número de publicações anuais mais do que triplicou, os linguistas brasileiros nunca antes “produziram” tantos textos quanto atualmente. É de se supor que suas opiniões tenham se tornado mais

---

<sup>9</sup> LIMA, J. G. Falar e escrever, eis a questão. *Veja*. São Paulo, 7. nov. 2001, p. 112.

<sup>10</sup> Os números são dos Cadernos de Indicadores da Capes relativos à produção bibliográfica da área de linguística. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=80100007&descricaoArea=&descricaoAreaConhecimento=LING%DC%CDSTICA&descricaoAreaAvaliacao=LETRAS+%2F+LINGU%CDSTICA#>>. Acesso em: 11 maio 2014. (todos os dados que apresento relativos aos números de publicação da área seguem a mesma referência).

<sup>11</sup> Público grande que atualmente tem um grupo muito especial: jovens estudantes. Em 2013, o governo de São Paulo adquiriu, sem licitação, 5.200 assinaturas da revista para serem distribuídas nas escolas da rede de ensino do estado. (Diário Oficial de São Paulo, 14/06/2013 – Executivo I, p. 37). Não consegui obter dados sobre o número estimado de leitores da revista em 2001, mas o número atual, segundo a própria editora Abril, é de 9,3 milhões de leitores (apenas da versão impressa, sem contar os meios digitais). Disponível em: <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 11 maio 2014.

populares, por serem expostas de modo mais prolixo e mais acessível, e que os linguistas, eles mesmos, sejam considerados minimamente capacitados para discutir publicamente temas linguísticos. Reproduzo, então, o que escreveu, uma década depois do artigo da Veja, o jornalista, escritor (curiosamente), comentarista de rádio e televisão, colunista de Zero Hora (o jornal mais lido no estado do Rio Grande do Sul), David Coimbra, ao comentar a opinião de uma doutora em sociolinguística sobre o famigerado caso do livro didático (aquele ocorrido em 2011, quando a mídia sensacionalista, capciosamente, insistiu em afirmar que o livro ensinava a escrever/falar errado, sendo que, na verdade, como bem observou a doutora, apenas ressaltava algo absolutamente banal: que não se fala como se escreve). O grifo e a caixa alta são dele: “[...] a **doutora** se equivoca quando tenta ‘defender’ os ignorantes que falam de forma errada (vou repetir: **IGNORANTES QUE FALAM DE FORMA ERRADA**).”<sup>12</sup>

Acho curioso um jornalista “corrigir” tão veementemente um linguista em matéria de ensino de língua – de modo algum insinuo que ele não deva fazê-lo, pelo contrário, os linguistas não são detentores de verdades absolutas; portanto, podem e devem ser criticados, mas acho curioso, porque não creio que seja tão comum, se é que é possível, encontrar jornalistas corrigindo astrônomos, médicos, químicos na mesma medida em que se encontra jornalistas corrigindo linguistas. De qualquer modo, o descrédito em relação aos linguistas não se restringe aos jornais, é algo mais amplo. Rajagopalan ilustra a situação de modo quase cômico, embora, ao mesmo tempo, preocupante: lembra que até os meteorologistas, mesmo que estejam frequentemente enganados, são ouvidos e cridos pela sociedade.<sup>13</sup> A pergunta então é: por que os linguistas não gozam do mesmo crédito? Não parece paradoxal que, justamente no momento em que mais publica, a linguística no Brasil experimente uma descrença tão flagrante (quando não o ostracismo)?

Para se ter uma ideia, no ano da polêmica do livro didático, os linguistas brasileiros publicaram mais de 5.680 trabalhos<sup>14</sup> mas não

---

<sup>12</sup> COIMBRA, D. A defesa da ignorância. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/davidcoimbra/2011/05/19/a-defesa-da-ignorancia/?topo=13,1,1,,13>>. Acesso em: 11 maio 2014.

<sup>13</sup> RAJAGOPALAN, K. op. cit.

<sup>14</sup> Na verdade, o número é muito maior (estimo que possa alcançar o dobro), estou contando apenas a produção dos programas de pós-graduação especificamente em linguística, não pude contar a produção do grande número de programas em que a linguística coexiste com outros campos, como a

foram capazes de dirimir uma polêmica linguística concreta que estava acontecendo naquele momento diante deles. Será que estavam tão pressionados a publicar em periódicos especializados (cujos leitores são majoritariamente outros linguistas) para manter a credibilidade de seus programas, de modo que não tiveram a oportunidade, ou o tempo, para se unirem aos poucos colegas que foram a público debater a questão? Os números ilustram a situação: apenas pouco mais de 3% do total de publicações daquele ano está incluída na categoria de jornais e revistas, enquanto aproximadamente 92% está concentrada em periódicos especializados, anais de eventos e livros (o restante se divide entre duas categorias: traduções e outros). Se comparada com 2001, a porcentagem de textos em jornais e revistas em relação ao total de publicações dos programas de linguística caiu pela metade, ou seja, o total mais que triplicou, mas a proporção de textos destinados ao público geral diminuiu. O que ocorre é que os linguistas cada vez mais têm se dirigido a si mesmos, potencializando assim um perigoso distanciamento do público leigo.

Jacoby, em tom um pouco apocalíptico, procurou alarmar sobre os perigos da “academicização” excessiva dos professores universitários. Ainda que não o acompanhe completamente em suas predicções, reproduzo sua observação:

Os professores compartilham um jargão e uma disciplina. Reunindo-se em conferências anuais para trocar informações, eles constituem seu próprio universo. Um “famoso” sociólogo ou historiador de arte é famoso para outros sociólogos ou para outros historiadores de arte, ninguém mais. À medida que se tornavam acadêmicos, os intelectuais não tinham necessidade de escrever de modo compreensível a um público leigo; não o fizeram, e acabaram perdendo a capacidade de fazê-lo.<sup>15</sup>

Na verdade, não creio que estejamos testemunhando uma perda de capacidade, o problema me parece ser outro: os acadêmicos não

---

literatura, por exemplo, pois, nesses casos, como os números não fazem distinção, teria que analisar cada um dos textos produzidos por todo o programa, tarefa que excede as possibilidades de uma única pessoa.

<sup>15</sup> JACOBY, R. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Editora da unesp, 1990, p. 20.

precisam escrever para o público leigo do mesmo modo que *precisam* publicar em veículos especializados, em anais de eventos e em livros organizados por outros acadêmicos. No caso específico dos nossos programas de pós-graduação em linguística, ou o corpo docente publica uma quantidade considerada adequada (explicarei adiante como o valor de “adequada” é definido) nesse tipo de veículo, ou o programa “perde” em conceito, aí as verbas podem começar a escassear, as pressões aumentam e, na pior das hipóteses, o programa pode até fechar as portas (um risco absolutamente irrisório para os programas já bem conceituados, mas nem tanto para aqueles que estão em um estágio mais incipiente). Assim, publicar “para fora” da academia passa a ser uma espécie de excedente facultativo do processo de publicação. É verdade que, a rigor, publicar, onde quer que seja, pressupõe obviamente “tornar público”; além disso, os periódicos especializados e os anais de eventos normalmente não são escondidos de ninguém, pelo contrário, muitas vezes podem ser acessados até mesmo de casa, através da internet, mas será que a publicação acadêmica é mesmo, no fundo, pública? Seria preciso saber quem as lê: Serão os jornalistas? ao que parece, não; as pessoas em geral? seria preciso verificar. Eis um estudo por fazer no Brasil (na área da linguística, não encontrei nenhum), temo, no entanto, que os resultados nos façam tremer, pois talvez nem mesmo os linguistas conseguem ler seus colegas: se algum deles estivesse interessado em ler, digamos, apenas 2% do total de publicações dos programas nacionais de pós-graduação em linguística no ano de 2012, precisaria ler um texto a cada três dias do ano (inclusive nas férias); se o crescimento continuar no ritmo atual, daqui a dez anos, será um texto por dia. Que o futuro nos reserve autossuficiência em termos de teoria, pois, se precisarmos ler também os linguistas estrangeiros, quantos serão os textos diários?

\*

É absolutamente claro que estamos diante de um sistema absurdo e insalubre. O velho lema “publish or perish” tem guiado a vida profissional dos acadêmicos: para não “perecer”, é preciso publicar sem parar. Assim, a docência e a pesquisa (que tem sido perigosamente confundida com publicação) são forçosamente empurradas ao segundo plano do trabalho acadêmico.

Recentemente laureado com o Nobel de Física pela descoberta teórica de um mecanismo que explica a origem da massa de partículas subatômicas, Peter Higgs declarou que seria difícil imaginar uma

descoberta como essa sendo realizada no clima acadêmico atual: ele a realizou em 1964, quando o panorama era outro, e depois, ao passo que a vida acadêmica tomava seu molde atual, se tornou um “embaraço” para o departamento, tendo sido mantido em seu cargo apenas pela perspectiva de que pudesse, um dia, ser premiado com o Nobel, o que acabou eventualmente ocorrendo em 2013. Higgs afirma que jamais conseguiria um emprego na academia de hoje, pois não seria considerado “produtivo” o bastante.<sup>16</sup>

As elucidativas advertências de Higgs talvez pudessem passar despercebidas, sem causar muita preocupação, caso viessem de uma voz solitária, sem um coro que a acompanhasse. Contudo, o coro existe, pesquisadores como Sydney Brenner<sup>17</sup> e Randy Schekman<sup>18</sup>, ambos também laureados com o Nobel, em 2002 e 2013 respectivamente, já expressaram suas preocupações em relação aos perigos que o atual sistema de publicação acadêmica inflige à pesquisa científica – Schekman inclusive iniciou um boicote contra respeitados periódicos científicos.

O fato de que pesquisadores acadêmicos muito bem-sucedidos – pesquisadores cujos trabalhos foram fundamentais em suas áreas (a descoberta de Higgs, por exemplo, é considerada “monumental”) – estejam denunciando o regime de publicação acadêmica como uma ameaça à pesquisa científica não causa espanto, pois não é exatamente uma surpresa, trata-se simplesmente, creio, da confirmação irrefutável de uma constatação cada vez mais consensual: que estamos diante de um sistema muito problemático. Não obstante, muitos acadêmicos seguem nutrindo-o à custa de uma sujeição longe de ser inocente. Como bem observou Hannah Arendt, a culpa de Adolf Eichman, um dos grandes responsáveis pelo genocídio que caracterizou um dos períodos mais sombrios da história humana, não provinha de um caráter monstruoso, mas de sua obediência, de sua qualidade de bom burocrata,

---

<sup>16</sup> AITKENHEAD, D. Peter Higgs: I wouldn't be productive enough for today's academic system. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/science/2013/dec/06/peter-higgs-boson-academic-system>>. Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>17</sup> DZENG, E. How Academia and Publishing are Destroying Scientific Innovation: A Conversation with Sydney Brenner. 2014. Disponível em: <<http://kingsreview.co.uk/magazine/blog/2014/02/24/how-academia-and-publishing-are-destroying-scientific-innovation-a-conversation-with-sydney-brenner/>> Acesso em: 10 maio 2014.

<sup>18</sup> SAMPLE, I. Nobel winner declares boycott of top science journals. (2013). Disponível em: <<http://www.theguardian.com/science/2013/dec/09/nobel-winner-boycott-science-journals>> Acesso em: 10 maio 2014.

de um funcionário cumpridor de ordens que, mesmo diante de uma sentença de morte iminente, jamais compreendeu que obedecer, sem ser escravo, é apoiar.<sup>19</sup>

A perspectiva de que um espírito “eichmmaniano” possa tomar posse até mesmo do trabalho acadêmico é perturbadora. Essencialmente, foi o receio por ela causado que guiou e jamais abandonou este meu estudo.

---

<sup>19</sup> ARENDT, H. *Eichamann em Jerusalém*, um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras: 2011. ARENDT, H. Responsabilidade pessoal sob a ditadura. In:\_\_\_\_\_. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 79 – 111.



## CAPÍTULO I

[...]a cabeça é um lugar  
suspeito na exata medida  
em que os seus produtos  
são qualitativos, e não  
quantitativos  
(Roland Barthes)

Foi o século XVII que testemunhou o nascimento do *Journal des sçavans* e do *Philosophical Transactions of the Royal Society*, possivelmente os mais antigos antepassados dos periódicos acadêmicos contemporâneos. Ambos surgiram em 1665, pouco mais de 200 anos após a invenção de Gutenberg. De lá pra cá, muita coisa mudou.

No princípio, o *Philosophical Transactions* foi importante para o reconhecimento da prioridade (de autoria) nas descobertas científicas, pois, até então, os estudiosos guardavam cuidadosamente seus achados científicos originais para não correrem o risco de perder eventuais ganhos (pecuniários ou outros) que deles pudessem obter na condição de autor,<sup>20</sup> risco que se materializava na prática de plágio. Hoje, no entanto, mesmo que os periódicos ainda mantenham a função de reconhecimento de prioridade, o problema do plágio experimenta um desdobramento que, por si só, sintetiza em larga medida três séculos e meio de evolução da publicação acadêmica: tem se tornado mais autocêntrico, a ameaça do plágio agora está presente até mesmo no próprio autor, isto é, o acadêmico (nem todo) publica tanto que plagia a si mesmo – e não meramente nas ideias, prática absolutamente natural, mas nas palavras. Não por acaso, estudos sobre o chamado *self-plagiarism* – seja de uma perspectiva, por assim dizer, “concreta” (quantos parágrafos, quantas páginas repetidas configuram um autoplágio?), seja de uma perspectiva simplesmente ética – têm se tornado cada vez mais frequentes.

Outra mudança fundamental é que o número de periódicos passou de dois para um total que já foi estimado em um milhão,<sup>21</sup> embora o número preciso pareça ser muito mais modesto: a International Association of Scientific, Technical and Medical Publishers (aparentemente a maior associação internacional para editores

---

<sup>20</sup> SCHAFFNER, A. C., The future of scientific journals: lessons from the past. *Information Technology and Libraries*, Chicago, v. 13, n. 4, p. 239 – 247, 1994.

<sup>21</sup> DE SOLLA PRICE, D., 1963, apud MABE, M. The growth and number of journals. *Serials: The journal of the serials community*, v. 16, n. 2, jul. 2003.

acadêmicos e profissionais), a qual se considera responsável pela publicação aproximada de 66% do total de artigos publicados em periódicos a cada ano globalmente, apresentou em 2012 um relatório em que contava 28.100 periódicos ativos e revistas por pares.<sup>22</sup> O número foi obtido a partir da base de dados Ulrich's, a qual, assim como outros importantes indexadores “internacionais”, tem propensão a publicações em língua inglesa,<sup>23</sup> ignorando, assim, uma fração provavelmente bastante considerável do total de periódicos – a conhecida base de dados Scopus, por exemplo, indexava, em 2012, apenas cinco periódicos brasileiros na categoria linguagem/linguística (Marcuschi, mais de dez anos antes, havia contado 128 periódicos nacionais na área de letras/linguística).<sup>24</sup> Essas ressalvas indicam que as estimativas baseadas nos indexadores devem ser consideradas com bastante cautela, pois seus catálogos são notadamente tendenciosos, o que torna difícil precisar o número exato de publicações acadêmicas circulando atualmente. De qualquer modo, está claro que são muitas, muito além do que os pioneiros do século XVII jamais poderiam ter imaginado. Com efeito, a inflação foi tanta que, nos Estados Unidos – o país que, disparado, mais pública artigos acadêmicos – já se discute amplamente uma crise da publicação.

Uma das vozes mais emblemáticas dessa discussão, Lindsay Waters, editor executivo da prestigiosa Harvard University Press, sintetizou, em poucas palavras, o gatilho da crise: “Métodos modernos e altamente sofisticados de contabilidade foram utilizados para computar o trabalho da comunidade de estudiosos, e está ocorrendo, como consequência, o inesperado esvaziamento do trabalho da academia”.<sup>25</sup> Waters faz alusão à cultura acadêmica erigida nos Estados Unidos

---

<sup>22</sup>MABE, M.; WARE, M. The stm report, an overview of scientific and scholarly journal publishing. Holanda: International Association of Scientific, Technical and Medical Publishers, 2012, p. 6 e 22. Disponível em: <[http://www.stm-assoc.org/2012\\_12\\_11\\_STM\\_Report\\_2012.pdf](http://www.stm-assoc.org/2012_12_11_STM_Report_2012.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2014.

<sup>23</sup> Para ilustrar: na base de dados Scopus, uma das mais populares, 79% dos periódicos indexados em 2012 eram em língua inglesa. Dados disponíveis em: <[http://www.elsevier.com/\\_data/assets/pdf\\_file/0019/148402/contentcoverguide-jan-2013.pdf](http://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0019/148402/contentcoverguide-jan-2013.pdf)> (p. 19). Acesso em: 20 maio 2014.

<sup>24</sup> MARCUSCHI, L. A. *Revistas Brasileiras em Letras e Linguística*. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 17, n. Especial, p. 83-120, 2001.

<sup>25</sup> WATERS, L. *Inimigos da Esperança*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 14.

durante a Segunda Guerra, quando o governo local, com vistas a inflar a pesquisa científica de inclinação bélica (para desenvolver armas de destruição em massa, por exemplo), injetou substanciosas quantias financeiras em algumas Universidades. A irrigação dos cofres, contudo, não vinha só, mas acompanhada de uma pesada burocracia administrativa (afinal, era preciso prestar contas). Uma vez que havia dinheiro, era preciso administrá-lo, e as Universidades o fizeram seguindo modelos corporativos, tornando-se ainda mais parecidas com as fábricas (ou será à toa que o vocabulário de uma tenha se assemelhado tanto ao da outra? Que escrever seja *produzir*; que o texto seja *contado* como *produto* ou *item*; que os corpos docentes sejam *eficientes*; que os alunos sejam preparados para o *mercado*; que os periódicos sejam *qualificados*; que as *metas*, os *prazos*, os *investimentos*, a *eficiência* e a *produtividade* convivam com as recorrentes *greves*?). No rescaldo da Segunda Guerra e ao longo da Guerra Fria, esse modelo administrativo se difundiu entre as instituições universitárias americanas e se solidificou a ponto de transcender as barreiras nacionais, tendo se transformado, ainda que seja um acontecimento, de certo modo, recente (não se deve perder de vista que os últimos 70 anos são ainda frescos em uma história quase milenar, pois o arquétipo da Universidade existente hoje, ou seja, de uma instituição de ensino distribuidora de diplomas, onde convivem professores e estudantes, remonta ao fim do século XI, quando foi fundada a Universidade de Bolonha), no grande paradigma de gestão do ensino superior contemporâneo.

O que Waters estava esclarecendo, portanto, é que a crise atual tem origem nessa transformação recente. Com o novo modelo de administração, o trabalho dos docentes passou a ser organizado por números – notadamente, o número de publicações. O resultado é uma explosão absurda na quantidade de artigos publicados, muitos dos quais, segundo ele, jamais são lidos. A fim de viabilizar toda essa produção, o número de periódicos especializados também experimentou um crescimento vertiginoso, e os livros têm perdido espaço gradualmente (para ilustrar: em 1980, 65% do orçamento do sistema de bibliotecas da Universidade da Califórnia foi destinado à aquisição de livros, enquanto 35% foi destinado à compra de revistas; já em 2003, 20% foi investido em livros e 80% em revistas).<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> WATERS, L., loc. Cit., p. 43.

Ao passo que a produtividade acadêmica passou a se confundir com a quantidade de publicações, ninguém quis ficar para trás, e as exigências impostas aos acadêmicos, para que publicassem, foram se tornando cada vez maiores. Contudo, à medida que esse modelo se perpetuava, ficava mais claro (para alguns) que a loquacidade exagerada não era sinônimo de avanço científico. Assim, a crise se tornou evidente.

Agora, de que modo o Brasil se insere nesse cenário complicado? Primeiramente, basta lembrar que o sistema de pós-graduação brasileiro implantado nos anos 70 teve por modelo precisamente a universidade americana,<sup>27</sup> mas, para responder essa questão de maneira apropriada, é preciso dirigir o olhar para a realidade nacional com bastante atenção.

### **A Pós Graduação Brasileira**

Como a publicação acadêmica no Brasil está fortemente vinculada aos programas de pós-graduação, há de se compreender a que tipo de coordenação superior tais programas estão submetidos. Logo, é oportuno observar o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao Ministério da Educação e responsável pela avaliação, expansão e consolidação dos programas de mestrado e doutorado *strictu sensu* no país.

Fundada em 1951, a partir do decreto 29.471, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, como uma comissão – que deveria envolver representantes dos mais diversos órgãos, desde o Ministério da Educação e Saúde, passando, entre outros, pelo Banco do Brasil e pela Confederação Nacional da Indústria (e a do comércio também) – para promover uma Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. A princípio, suas incumbências eram bastante gerais e se pautavam pelo objetivo maior de assegurar a existência de pessoal capacitado para atender às necessidades tanto do setor público quanto do setor privado. Uma dessas incumbências, a qual se consolidaria ao longo

---

<sup>27</sup> BRASIL, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília, DF: CAPES, 2010, p. 125.

dos anos, estava presente no artigo 3º, alínea f): “Promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos post-graduados”.<sup>28</sup>

Após uma história de decretos e leis que lhe alteravam uma ou outra função e enfrentando até mesmo uma curta extinção no governo do presidente Fernando Collor (extinção pela Medida Provisória nº 150 e recriação pela Lei 8.028, ambas de 1990), a Capes chegou aos dias de hoje com as funções estabelecidas pela Lei 11.502, de 2007, que são, entre outras, a de coordenar e avaliar os cursos de pós-graduação e a de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores do Ensino Básico.<sup>29</sup> É a primeira delas, evidentemente, que está em jogo aqui.

Com efeito, não foi a lei de 2007 que deu início à avaliação dos programas de pós-graduação. Essa tarefa, na verdade, já era realizada pela Capes desde os anos 70, quando, a fim de executar algumas diretrizes do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), o órgão pôs em prática um sistema de acompanhamento e avaliação dos cursos.<sup>30</sup>

Eis o que diz o último PNPG (2011-2020): “O sistema de pós-graduação é constituído por um conjunto de universidades, com propostas e perfis diversos, tendo autonomia para criar ou fechar cursos, mas dependendo do financiamento da CAPES e do seu Ranking, que lhes atribui o selo de qualidade.”<sup>31</sup> O que exatamente é o selo de qualidade? É uma nota de 1 a 7, a qual representa uma escala de qualidade. E o que ocorre com os cursos considerados de “pouca

---

<sup>28</sup> BRASIL, Decreto nº 29.741, de 11 de Julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/7/1951, p. 10425.

<sup>29</sup> BRASIL, Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Diário Oficial da União, 12/07/2007, p. 5.

<sup>30</sup> Cf. KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, Set/Dez. 2005. p. 1344.

<sup>31</sup> BRASIL, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília, DF: CAPES, 2010, p. 127.

qualidade”? Em suma, perdem a autorização de funcionamento (são os cursos com nota 1 ou 2).

Para compreender de onde surgem esses números, o sistema de avaliação será investigado a seguir.

## **A Avaliação**

Sobre a avaliação dos cursos, o PNPG mais recente (que traz diretrizes para o desenvolvimento da pós-graduação nacional até 2020) faz distinção entre dois tipos de instituição universitária. A primeira, classificada como Universidade humboldtiana, seria uma instituição de maior, cito, “vocação acadêmica”; já a segunda teria menos dessa vocação e mais proximidade com o mercado. Não obstante, ambas são avaliadas exatamente do mesmo modo. Felizmente, o documento recomenda que isso seja revisto e, embora não traga nenhuma recomendação sobre como deveriam ser avaliadas as Universidades da segunda categoria, faz uma recomendação sobre a avaliação daquelas que pertencem à primeira (onde, a princípio, se encontraria a UFSC), as quais “deverão ser cobradas nas avaliações por sua inserção internacional ou pela capacidade de oferecer cursos de padrão internacional”.<sup>32</sup>

O que é um curso de padrão internacional? Difícil saber ao certo, mas, ao que parece, é considerado mais importante que o padrão local (fato que também é difícil de assimilar). Já em relação à ideia de inserção internacional, é possível entrever uma implicação mais concreta: trata-se, aparentemente, da publicação de trabalhos em periódicos indexados (pelos indexadores tendenciosos mencionados acima, naturalmente), pois, para os gestores, conforme elucida o PNPG, a vinculação entre o crescimento e consolidação da pós-graduação e o crescimento da ciência brasileira é “expressa sobretudo pelos progressos na produção científica, aferida pela publicação de artigos em periódicos de circulação internacional indexados”.<sup>33</sup> Ora, como pode prevalecer uma concepção tão distorcida de crescimento científico entre aqueles que gerenciam o sistema de pós-graduação? Associar desenvolvimento na ciência com a quantidade de publicações “internacionais” é uma imprudência danosa porque, como demonstra Ouriques, o “internacionalismo” dos periódicos é bastante suspeito, assim como é suspeito o alegado crescimento científico brasileiro – que não se mostra

---

<sup>32</sup> Id., *Ibid.*, p.128.

<sup>33</sup> Id., *Ibid.*, p.223.

tão crescido assim fora do mundo das publicações, o que se revela, em alguns campos específicos da academia (em que a área de Letras certamente não se inclui), nos quais a ideia de desenvolvimento pode ser computada pelo indicador concreto do número de patentes, que é minúsculo.<sup>34</sup>

Sendo assim, é forçoso reconhecer que as recomendações oficiais que seguirão norteando o sistema de avaliação (pelo menos) até o fim da década atual são baseadas em uma política de superprodução de artigos – mas não qualquer um, somente aqueles veiculados em periódicos “internacionais” indexados – a qual é bem sucedida em inflar números, mas não é, de modo algum, o atalho para o desenvolvimento científico, como supõem os gestores – sem perceber a flagrante distorção. Ouriques, ao comentar a prática de valorização excessiva das revistas de países centrais em relação às nacionais, percebe nesse cenário uma política reveladora do “colonialismo cultural e científico”<sup>35</sup> presente na Universidade, mas essa é uma outra discussão, que, embora pudesse ser reveladora, infelizmente transcende as limitações de investigação deste trabalho. Em todo caso, é essencial que seja levada a cabo em oportunidades futuras (podendo principiar, por exemplo, com a análise de algumas mudanças na educação brasileira ocorridas durante o período de exercício do ministro da Educação Paulo Renato de Souza).

De qualquer modo, essa é apenas a parte, por assim dizer, “teórica” da avaliação. Muito mais reveladora é sua execução na prática.

\*

A Capes considera que o processo avaliativo e seus resultados são expressos por três documentos: O Documento de Área, a Ficha de Avaliação e o Relatório de Avaliação. O primeiro deles é composto por uma comissão de representantes de uma determinada área e servirá como guia do processo avaliativo daquela área para o triênio vigente (a avaliação se desenrola ao longo de três anos, durante os quais o documento é elaborado; quando a avaliação se encerra, recomeça um novo ciclo que será guiado por um novo documento, e assim sucessivamente). O curioso é que, ainda que as áreas tenham certa autonomia para definir seus critérios, todos os documentos seguem exatamente a mesma estrutura, que é a seguinte:

---

<sup>34</sup> OURIQUES, N., op. cit.

<sup>35</sup> Id., Ibid., p. 89.

- I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área
- II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos
- III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal (do triênio vigente)
- IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para classificação de Livros/ Eventos/ Produtos Técnicos e os critérios para estratificação e uso dos mesmos na avaliação
- V. Fichas de Avaliação para o triênio
- VI. Considerações e definições sobre internacionalização/ inserção internacional.

O item I é uma análise geral, bastante quantitativa, sobre a situação dos programas daquela área no momento de realização do documento, a qual pode servir para indicar pontos a serem levados em consideração na avaliação. O segundo é autoexplicativo e não é de muito interesse nesta oportunidade (embora digno de ser estudado em outro momento). O sexto já está implicado na discussão anterior sobre a internacionalização e o quinto, por ser um documento independente, será analisado mais à frente. Restam, portanto, os itens III e IV. O primeiro deles geralmente traz informações oriundas dos Seminários de Acompanhamento, nos quais os coordenadores debatem o processo de avaliação da área e apresentam propostas para sua execução. O segundo, por sua vez, apresenta diretrizes para a classificação de eventos, produtos técnicos, livros, além dos critérios utilizados na elaboração do ranking Qualis. Esse ranking possui um papel tão fundamental em todo o processo que é preciso analisá-lo com bastante atenção. À primeira vista, pode ser descrito como uma lista classificatória de periódicos elaborada por cada área específica – aqui já começa a haver discrepância, pois um periódico considerado de primeira linha pela área x, pode não ser do interesse da área y, de modo que, se determinado pesquisador de y publicar em um periódico bem cotado por x, como uma das cobiçadas revistas “internacionais” indexadas, ele arrisca receber uma pontuação pequena, ainda que esteja, segundo os critérios gerais, contribuindo da (considerada) melhor maneira possível para a

suposta inserção internacional de sua instituição. Os periódicos são ranqueados em diferentes categorias, e cada uma delas atribui um número de pontos para cada publicação realizada naquela categoria. As categorias e suas respectivas pontuações para a avaliação trienal 2010-2012 da área de letras/linguística são as seguintes: A1 – 100; A2 – 80; B1 – 70; B2 – 55; B3 – 40; B4 – 25; B5 – 10; C – Zero.<sup>36</sup>

Por si só os números ainda não dizem muito, isso porque, para compreender sua utilização, é necessário lançar mão de um dos outros dois documentos do trinômio que compõem o processo: a Ficha de Avaliação. É ela que contém os quesitos concretos que serão avaliados em cada curso. Assim como o Documento de Área, as diferentes comissões têm certa autonomia para definir seus critérios, mas a estrutura geral do documento (a que contém os quesitos) é, também, a mesma para todos, ou seja, os pontos a serem avaliados são essencialmente os mesmos para todas as áreas do conhecimento, o que muda é o modo como cada uma delas efetivamente os avalia. Os quesitos são cinco: “Proposta do Programa”, “Corpo Docente”, “Corpo discente, Teses e Dissertações”, “Produção Intelectual” e “Inserção Social”. No caso da área de Letras e Linguística, a comissão decidiu que o primeiro teria peso zero; o último, 10%; o segundo, 20%; o terceiro e quarto, 35% cada, ou seja, 70% da nota geral é atribuída a partir de apenas dois quesitos. A própria comissão reconhece seu protagonismo:

O quesito 3, relativo ao Corpo Discente, Teses e Dissertações, foi um dos decisivos na concessão da nota, pois para um programa ter nota [de 1 a 7] superior a 4, deveria ter pelo menos Bom e para nota 5, deveria ter Muito Bom[...]

O quesito 4, Produção Intelectual, tem sido um dos que [sic] mais relevantes para avaliação dos programas, quando da concessão das notas. Como o que ocorre com o quesito 3, nenhum programa para ter 4 pode ter conceito inferior a Bom. Para

---

<sup>36</sup> CAPES. Documento de área 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfhRyaWVvYWwtMjAxM3xneDo3YTQwOTVIZDA3ZTY4MDg2>> p .25. Acesso em: 1 jun. 2014.

obter nota 5, o programa não pode obter conceito inferior a Muito Bom.<sup>37</sup>

Cada quesito é composto de subcategorias que possuem um valor percentual na avaliação do quesito como um todo, as quais são julgadas em cinco conceitos. São eles: Deficiente (D), Fraco (F), Regular (R), Bom (B) e Muito Bom (MB). Na avaliação do quesito 3, a subcategoria com o maior valor percentual (40% do total) é a seguinte: “Qualidade das teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação [...] na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área”.<sup>38</sup> E o “método” para avaliar essa qualidade é o seguinte: “avaliar a relação de discentes e egressos autores (titulados nos últimos três anos) com publicações em relação ao número de titulados (soma dos produtos com autoria discente no triênio / número de alunos titulados no triênio)”.<sup>39</sup> Ou seja, a “qualidade” das teses e dissertações e da produção intelectual dos discentes deriva não do seu conteúdo, como seria de imaginar, mas de uma operação aritmética, notadamente uma divisão: se o resultado for maior que (ou igual a) três, é Muito Bom, isto é, tem qualidade; se for menor que um, é fraco ou deficiente.<sup>40</sup> Em outras palavras, o que está em jogo não é qualidade do que foi escrito – se foi a tese que revolucionou a história da filosofia ocidental ou se foi a tese que ninguém leu, *tant pis* – no fim, o que interessa é a quantidade. Mas isso é apenas a parte referente aos discentes. O que concerne à produção intelectual dos docentes está no quesito seguinte.

Eis as subcategorias que compõem o quesito “Produção Intelectual”: “Publicações qualificadas do Programa por docente permanente” (50%), “Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa” (30%) e “Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes” (20%). Essa última – a que possui o menor peso – é muito abrangente, pois a definição de produção técnica parece ser maleável o bastante para abarcar um *et cetera*, conforme o Relatório de Avaliação (2010-2012),

---

<sup>37</sup> CAPES. Relatório de avaliação 2010 – 2012, Trienal 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfHRyaWVuYWwtMjAxM3xneDo2NzhhNzBjMzZiMlUxY2E0>> p. 2. Acesso em: 1 jun. 2014.

<sup>38</sup> Id., *ibid.*

<sup>39</sup> Id., *Ibid.*

<sup>40</sup> Id., *Ibid.*

onde se encontra possivelmente sua definição mais “precisa” (entre os documentos da área de Letras e Linguística naquele triênio): “Quanto à produção técnica, a área tem pouca tradição e não existe um parâmetro de avaliação. Foram considerados nesse item números absolutos de trabalhos apresentados em eventos, apresentação de livros, orelhas, etc.”<sup>41</sup> Ora, se a área não tem tradição e não existe parâmetro de avaliação nessa categoria, por que considerá-la no julgamento dos programas? E, o que é ainda menos compreensível, por que considerá-la apenas quantitativamente? Afinal, foi precisamente isso que acabou sendo feito: 20 ou mais produtos por docente no triênio (difícil saber de onde precisamente surgiu esse número) garantem um Muito Bom. Trocando em miúdos, para compensar a falta de parâmetro, os avaliadores optaram novamente pela simples quantificação, mas (e isso eles parecem ignorar) o único cenário pior do que não ter parâmetro algum, e, portanto, não avaliar a categoria em questão, é precisamente ter um parâmetro ruim para avaliar uma categoria desnecessária. O resultado é uma avaliação de produção técnica cuja lógica é mais ou menos a seguinte: “Não importa exatamente o que se faz, o imprescindível é fazer, e, seja o que for, que seja feito pelo menos vinte vezes, para garantir a qualidade”.

Já em relação à segunda subcategoria, que avalia a publicação qualificada em relação ao número de docentes permanentes, a procedência dos números não é tão nebulosa, pois, pelo menos, responde a uma fórmula concreta:

Para avaliar esse item somou-se a produção qualificada da área e dividiu-se pela média de docentes permanentes da área no triênio. Com isso, obteve-se, para a área o índice de 263 pontos por docente permanente. Assim:

Se + [sic] 30% dos docentes permanentes atingiram 263 pontos = Muito Bom.

Se 25 a 29% dos docentes permanentes atingiram 263 pontos = Bom

Se 20 a 24% dos docentes permanentes atingiram 263 pontos ou mais = Regular

Se 15 a 19% dos docentes permanentes atingiram 263 pontos ou mais = Fraco

---

<sup>41</sup> Id., Ibid., p . 5.

Se menos de 15% dos docentes permanentes atingiram 263 pontos ou mais = Deficiente.<sup>42</sup>

De qualquer modo, mesmo que os 263 pontos sejam uma espécie de média geral, é injustificável que sirvam de padrão para absolutamente todos os docentes, uma vez que cada programa – e conseqüentemente cada docente – está diante de uma realidade específica: alguns orientam mais; outros, menos; alguns pesquisam mais; outros, menos, e assim por diante. É mesmo difícil crer que esse gênero de padronização de expectativas sirva mais como um estímulo e menos como uma prática de coação exercida sobre aqueles que se encontram “abaixo da média”. Além do mais, a porcentagem que atribui os conceitos não é ancorada em absolutamente nenhuma justificativa, mas essa minúcia não representa um empecilho para o sistema; em verdade, ela lhe é irrelevante, pois a clara razão para a existência dessa categoria é a de assegurar que todos os docentes publiquem naquele triênio, que ninguém escape ao sistema tentando passar incógnito em meio à avalanche de publicações sobressalentes de um determinado programa, ou seja, não basta apenas publicar, é preciso que cada uma das múltiplas individualidades envolvidas no sistema publique.

Finalmente, a subcategoria de maior peso na avaliação da produção intelectual – “Publicações qualificadas do Programa por docente permanente” – não foge à regra e também recorre aos números. Seu procedimento é apresentado da seguinte maneira:

Na avaliação desse item observou-se, a partir do cálculo da mediana do conjunto de programas da área, o percentual correspondente ao percentil 80%; no caso, 380. Com isso, avaliou-se o quesito considerando:

380 = Muito Bom

255 a 379 = Bom

140 a 254 = Regular

80 a 139 = Fraco

Menos de 80 = Deficiente<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Id., *Ibid.*, p. 10 - 11.

<sup>43</sup> Id., *Ibid.*, p. 10.

A utilização da mediana é compreensível porque possivelmente os avaliadores desejavam amenizar uma potencial imprecisão decorrente de *outliers* – valores atípicos, aqueles que se afastam muito dos demais em uma série – à qual estariam sujeitos se lançassem mão da média aritmética (a soma simples de todos os valores do conjunto dividida pelo número de valores). A mediana é simplesmente o valor localizado na posição central de uma determinada série, o que significa que abaixo dela se encontra 50% dos valores da série.<sup>44</sup> Assim, uma vez que o octogésimo percentil foi tomado como parâmetro mínimo de Muito Bom (a mediana é o quinquagésimo), qualquer valor que recebe esse conceito é mais elevado que, no mínimo, 80% dos outros valores. Dado que na presente ocasião os valores dizem respeito a pontuações provenientes de publicações qualificadas, está claro que o geral está sendo nivelado pelo particular e não o contrário. O sistema é pouco favorável ao cenário em que todos atinjam o conceito Muito Bom, pois a definição dos parâmetros, realizada a posteriori, toma a minoria superior como meta. Isso sem contar que não há efetivamente uma explicação sobre a motivação lógica (se é que ela existe) que fundamenta a escolha do percentil que servirá de parâmetro – aliás, a julgar pela comparação com documentos de outras áreas, essa decisão parece ser essencialmente arbitrária.

Bem, tudo isso é a maneira como esse sistema funciona na prática, é o modo como a sua “base teórica”, vista anteriormente, acaba sendo aplicada, de fato, na vida dos acadêmicos. É evidente que o seu funcionamento impulsiona a publicação excessiva, mas é preciso, finalmente, compreender quais são os efeitos mais notáveis dessa situação.

### **O texto que vira número**

Descendente daquele modelo de gestão acadêmica de alto investimento e burocratização que floresceu nos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra, a metodologia de avaliação da produção intelectual do linguista brasileiro analisada acima estimula três operações destacadas: quantificação, totalização e conformação.

---

<sup>44</sup> Por exemplo, no seguinte conjunto {12, 12, 13, 15, 16, 17, 100}, onde os valores representam, digamos, as notas (de 0 a 100) das provas de uma turma de sete alunos, a média é 26,42 (o *outlier* causou uma média que é distante do desempenho da maioria da turma), já a mediana é o valor no centro do conjunto, no caso, 15.

A quantificação, evidente e franca, diferindo do caráter dissimulado das outras duas, consiste inicialmente em produzir equivalências de ordem numérica para fenômenos de natureza subjetiva. O labor intelectual, processo que naturalmente não se circunscreveria a um algarismo, passa, sob a ótica da quantificação, a ser representado por um valor calculável, isto é, o seu “resultado”, a produção. Consequentemente, a matemática torna-se a língua franca da avaliação, eximindo-a de qualquer julgamento epistêmico, ou mesmo ético, uma vez que nesse caso o entendimento tautológico – um número é simplesmente um número - suprime quaisquer dilemas que poderiam decorrer, por exemplo, de um julgamento teórico básico. A quantificação, portanto, é a operação fundamental desse processo, é ela que determina a unidade básica de avaliação, o número, e abre caminho para as outras duas operações. Trocando em miúdos, ela se ocupa em deslocar o foco do “quê” para o “quanto”.

A totalização, por sua vez, não diz respeito aos “produtos”, mas aos próprios indivíduos. Aqui, totalizar é nada mais do que submeter todos às mesmas normas, a despeito das particularidades. Por isso, é também desconsiderar o que pode florescer de individual em meio ao geral. Quando se avalia a “distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa” da maneira analisada acima, a justificativa óbvia é manter todos produzindo, pois um docente sem “produtos” extrapola as regras do jogo. Ou seja, faz-se com que absolutamente todos estejam individualmente intimados a tomar parte nesse sistema e, ao fazê-lo, de certo modo, cada indivíduo o reforça e promove a sua manutenção, por se tornar um ponto de propagação,<sup>45</sup> enquanto simultaneamente abre mão de qualquer particularidade individual, situacional, que se poderia considerar relevante nesse processo. A história de Peter Higgs, que trabalhava em uma cultura acadêmica similar, tem relação direta com a totalização de que se fala aqui, pois ele se tornou um embaraço para seus colegas de departamento precisamente porque não publicava.<sup>46</sup>

Por fim, a operação que atribui ao trabalho do docente avaliado uma espécie de senso de propósito – sem o qual talvez a nebulosidade da avaliação fosse mais evidente – é a conformação. Isso porque aqui conformar significa primeiramente tornar conforme, pôr na mesma forma, ou seja, exigir do produto intelectual quantificado que se encaixe

---

<sup>45</sup> Me refiro à ideia de indivíduos como “centros de transmissão” do poder, expressa por Foucault (2006), p. 183.

<sup>46</sup> AITKENHEAD, D. op. cit.

em categorias predefinidas, conforme se percebe, por exemplo, na apreciação da “Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes”, que representa 20% da avaliação da produção intelectual, apesar de a área da Linguística, como a própria comissão de avaliação reconhece, não ter tradição nesse quesito, além de não existirem parâmetros de avaliação.<sup>47</sup> O que ocorre, portanto, é a acomodação da avaliação da área a critérios gerais, impostos de cima, que não lhe são necessariamente familiares. Em outras palavras, aos elaboradores da avaliação da produção intelectual dos programas de linguística não ocorre levar em conta questões linguísticas; na realidade, estas são absolutamente dispensadas desse processo, tanto é que seria perfeitamente possível, para qualquer docente da área, passar o triênio – aliás, vários triênios, até mesmo toda uma vida acadêmica, se a metodologia se mantiver inalterada - publicando sobre qualquer assunto menos linguística, desde que publicasse em periódicos qualificados pela área. Assim, estimula-se um cenário em que o propósito da produção intelectual se reduz à própria publicação, isto é, ao “ato” de publicar, enquanto o estudo, a teorização e o debate de ideias passam a ocorrer como um fortuito excedente, um efeito colateral, não sendo mais objetivos preeminentes da escrita acadêmica, tampouco sendo necessários. Na prática, essa inversão gera e reforça um protótipo de acadêmico cujo senso de dever é escrever um texto *para* a revista A ou B, e não realmente *escrever* um texto, é publicar em anais de eventos, e não necessariamente comparecer aos eventos para debater (hoje são enviados, com tremenda naturalidade, textos para serem lidos em voz alta por terceiros em frente ao público de uma mesa redonda, abrindo-se mão completamente do debate com os outros participantes, de modo que parece assustadoramente concebível o dia em que as mesas de debate serão, por questões de pura conveniência, substituídas por sessões de leitura em voz alta), enfim, um acadêmico que preza o reconhecimento estritamente burocrático do seu trabalho e considera sua própria *presença* absolutamente nula.

Produzir intelectualmente na academia como quem completa tarefas de uma *checklist*, no entanto, só é realizável quando se aceita o sistema de avaliação com uma dose considerável de complacência. Essa é segunda metade da conformação. Sendo assim, aproveitando-se da ambiguidade da própria palavra, pode-se descrever essa operação como sendo simultaneamente ativa, ao passo em que exige a “mesma forma”,

---

<sup>47</sup> Cf. acima, p. 23.

e passiva, porque se sustenta graças a um “conformar-se”, uma resignação.

Essas questões são sem dúvida importantes e serão retomadas adiante. Por hora, contudo, é preciso analisar específica e detalhadamente a quantificação, sobretudo no que diz respeito ao seu impacto na concepção de um texto acadêmico.

### Quantificação

Recentemente, com o intuito de verificar o rigor dos periódicos de acesso livre (*open-access journals*), o biólogo e jornalista John Bohannon criou 304 artigos textualmente distintos a partir de um mesmo conteúdo, um falso experimento científico que, com defeitos metodológicos primários, apontava uma molécula aleatória qualquer como um medicamento promissor para o tratamento do câncer. Cada um dos artigos foi assinado com um nome falso, criado a partir de uma lista de nomes e sobrenomes africanos, e para cada um desses “autores” foi criada uma instituição de pesquisa fictícia, gerada através da combinação aleatória de palavras em língua suaíli com termos genéricos e nomes de capitais africanas (esperava-se que a utilização de nomes de países em desenvolvimento ajudaria a levantar menos suspeita). O método funcionou relativamente bem, e dele surgiram pesquisadores como Ocorrafoo Cobange, biólogo filiado ao Wasse Institute of Medicine de Asmara (capital da Eritreia).<sup>48</sup>

Em um ritmo de dez artigos por semana, Bohannon começou a enviar os trabalhos para uma lista de periódicos de acesso livre escolhidos por afinidade temática com o falso experimento. Dos 304, 157 foram aceitos para publicação, 98 foram rejeitados e os 49 restantes ainda não haviam recebido um parecer até o momento em que o autor publicou os números.<sup>49</sup> Uma vez que mais da metade dos artigos foram aceitos, Bohannon aponta para práticas predatórias de editores obscuros que lucram com a publicação acadêmica, os quais dispensam a revisão por pares e cobram quantias consideráveis dos autores que desejam ver seus trabalhos publicados.

Ainda que Bohannon não esteja exatamente errado, esse tipo de estudo é raso e fracassa justamente por ignorar o que se encontra além da superfície (assim como o célebre e semelhante episódio do texto deliberadamente fantasioso enviado por Alan Sokal à *Social Text*, com o

---

<sup>48</sup> BOHANNON, J. Who's Afraid of Peer Review? *Science*, v. 342, n. 6154, 2013, p. 60-65.

<sup>49</sup> Id. Ibid. p. 64.

intuito de testar o “rigor intelectual” da revista, que acabou rendendo uma alteração pública com Jacques Derrida, que definiu a ação de Sokal como um gesto de má-fé).<sup>50</sup> A revisão por pares tem sido considerada um elemento fundamental para assegurar a qualidade da publicação acadêmica, mas é uma ferramenta que serve aos periódicos, não à ciência. Aliás, Mario Biagioli, em um trabalho muito interessante, citando Tamber, menciona estudos empíricos que caracterizam a revisão por pares não como salvaguarda, mas como uma prática subjetiva, tendenciosa, “fraca na detecção de erros graves e praticamente inútil na detecção de fraudes”,<sup>51</sup> além de apontar para o fato de que, nas origens dessa prática, um tipo específico de texto passou a ser revisto por pares, e não mais por censores, porque eram inofensivos e produzidos por sujeitos obedientes (esse ponto será retomado com mais detalhes adiante).<sup>52</sup> O que o trabalho de Bohannon falha em observar, portanto – e nisso se assemelha a um discurso problemático corrente no debate sobre a produção intelectual acadêmica, por isso serve como referência aqui – é que a abundância de editores inescrupulosos não é a causa que fomenta a publicação de uma enxurrada de trabalhos acadêmicos de qualidade suspeita. Na verdade, a relação causal entre ambos deveria ser considerada no sentido inverso: a expansão do mercado de editores predadores é possível porque muitos textos “precisam” ser publicados, e não o contrário. Em outras palavras, o texto – não o texto propriamente dito, mas a sua publicação - se tornou uma credencial valiosa na carreira acadêmica, o que o transforma em um produto (precisamente o termo empregado, de maneira involuntariamente sóbria e realista, na avaliação da CAPES). Esse é o ponto central da quantificação: o texto. É o elemento que passou da condição de acontecimento para a condição de pré-requisito, isso não apenas no Brasil, mas no mundo acadêmico contemporâneo em geral (por isso os exemplos norte-americanos aqui), ainda que as maneiras de impor essa condição tenham suas particularidades locais.

Mário Schenberg – o célebre físico brasileiro que trabalhou ao lado de importantes cientistas, como Enrico Fermi (do paradoxo de

---

<sup>50</sup> Cf. SOKAL, A. A physicist experiment with social studies. *Lingua Franca*, may/june 1996. E DERRIDA, J. Sokal et Bricmont ne sont pas sérieux. *Le monde*, Paris, p. 13. 20 nov. 1997.

<sup>51</sup> TAMBER, 2001, apud BIAGIOLI, M. From Book Censorship to Academic Peer Review. *Emergences*, v. 12, n. 1, 2002, p 13.

<sup>52</sup> BIAGIOLI, M. From Book Censorship to Academic Peer Review. *Emergences*, v. 12. n. 1, 2002, p 18.

Fermi) e Wolfgang Pauli, ambos laureados com o Nobel de Física – já denunciava, em 1982, a preponderância do texto como credencial acadêmica: “há uma espécie de inflação do número de trabalhos e uma deflação de ideias científicas”.<sup>53</sup> Para ele, a academia havia confundido pesquisa científica com elaboração de teses, as quais não servem necessariamente à ciência, mas à obtenção de títulos.<sup>54</sup> “Há uma diferença muito grande entre fazer tese e fazer ciência. Nós fazíamos ciência. Muitas vezes os trabalhos nem eram publicados”,<sup>55</sup> relembra Schenberg, que também ressaltava com ironia a influência do modelo americano na academia brasileira:

Comenta-se que as universidades americanas medem a produção científica do indivíduo na balança, pelo peso médio dos trabalhos publicados. E é este peso médio que dá o valor científico do mesmo. O que importa é fazer um grande número de trabalhos, mesmo que estes não apresentem nenhuma contribuição para a Ciência, para se ter um contrato renovado. E aqui [no Brasil] repete-se mais ou menos o que se está fazendo lá, mudando uma vírgula ou outra.<sup>56</sup>

O sarcasmo de Schenberg ao comentar sobre como a produção científica tem sido mesurada em um sentido essencialmente material, do mesmo modo como se mediria uma mercadoria qualquer, como se a mesma lógica econômica que permite atribuir um determinado valor a um quilo de feijão pudesse ser aplicada na relação entre a quantidade de publicações de um acadêmico e o seu valor como profissional, é tristemente certo e toca em uma questão ignorada por Bohannon: por que tanta gente desejaria publicar trabalhos ruins (estando inclusive disposta a pagar dinheiro por isso, a ponto de fomentar um negócio internacional crescente, lucrativo e inescrupuloso)? A resposta é simples, trata-se de um corolário do regime de trabalho acadêmico atual, em que o texto publicado vale não em termos de conteúdo, mas em

---

<sup>53</sup> SCHENBERG, M. Formação da mentalidade científica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 12, Ago. 1991, p. 134.

<sup>54</sup> Id. Ibid. p. 132.

<sup>55</sup> Id. Ibid. p. 133.

<sup>56</sup> Id. Ibid. p. 134.

termos de quantidade. Consequentemente, a produção acadêmica se volta à necessidade de um cumprimento de tarefa do próprio autor.

Nas palavras de Mark Bauerlein, o trabalho que se publica hoje não se destina mais primeiramente a uma comunidade de leitores, pois está em vigor uma economia centrada não na mercadoria ou no consumidor, mas no próprio produtor.<sup>57</sup> O reflexo dessa economia no texto acadêmico é o que se está tentando demonstrar aqui através da ideia de quantificação.

Ao literalmente contabilizar a produção intelectual dos acadêmicos, a avaliação analisada aqui promove o deslocamento de uma prática secular de escritura especializada baseada na necessidade ocasional de comunicação e diálogo científico para uma prática baseada na necessidade burocrática da publicação por si mesma. Ainda que apresente subterfúgios para amenizar o aspecto materialista desse processo, como o apelo ao ranking Qualis para “garantir” um julgamento qualitativo, a avaliação não consegue mascarar o seu real funcionamento. Ora, sabe-se muito bem, sobretudo em um campo fundamentalmente vinculado à área de Letras, como é o caso da Linguística, que um veículo de publicação jamais pode ser considerado um critério confiável para a determinação da qualidade de um texto, de modo que o ranking em questão parece funcionar menos como um instrumento avaliativo e mais como uma espécie de consolo moral, uma justificativa que apazigua o senso ético do avaliador e – quem sabe – também do próprio avaliado (trocando em miúdos, o ranking permite uma racionalização, no sentido psicanalítico, para justificar a realidade intolerável desse processo avaliativo). É, portanto, contando com a conivência dos próprios acadêmicos que a avaliação da produção intelectual tem transformado a própria condição do texto acadêmico.

Se essa transformação pudesse ser sintetizada em poucas palavras, seria justo dizer que a apreciação do texto tornou-se desvinculada do seu conteúdo. Deslocando-se um pouco o raciocínio de Adorno em um dos seus trabalhos mais famosos, sobre o fetichismo na música, em que afirma que o critério popular de julgamento de uma canção baseava-se no mero reconhecimento, ignorando o valor da coisa em si, e que gostar de uma música de sucesso seria basicamente o

---

<sup>57</sup> BAUERLEIN, M. Professors on the production line. Students on their own. AEI Working Paper 2009-01. p.12.

mesmo que saber reconhecê-la,<sup>58</sup> é possível afirmar que avaliar um texto significa aqui o mesmo que reconhecer sua existência. A condição do texto nesse cenário é simplesmente a de ser contabilizado.

Na prática, isso gera os problemas de superprodução e de publicação de trabalhos supérfluos e de qualidade duvidosa, mencionados acima. Na teoria, é possível observar um processo tenebroso de redução de um fenômeno complexo e subjetivo a um valor absolutamente objetivo e mesurável. Ignora-se o aspecto propriamente intelectual (que não pode ser calculado) intrínseco à produção acadêmica, em favor de um sistema de contabilização reducionista e autoritário que reconhece o texto acadêmico apenas em termos numéricos. Evidência clara é o fato de que há um esvaziamento completo de qualquer particularidade da área, em momento nenhum a avaliação considera quaisquer questões linguísticas, os trabalhos são avaliados exclusivamente em razão de sua quantidade.

Com efeito, há um nome para esse processo de transformação de fenômenos abstratos em objetos, do trabalho intelectual em coisa, em produto. É a reificação. O curioso, e por isso o conceito é mencionado aqui com certa reserva (de modo inclusive um pouco corrompido), é que a reificação em geral aparece relacionada a contextos de relações sociais coisificadas, relações dadas em termos de objetos de “troca”, mas nesse caso isso não ocorre extensivamente, exceto pelo o fato de que o valor produtivo de um acadêmico tem sido determinado pelo valor estritamente numérico de suas publicações em relação ao número de publicações dos seus colegas, como se à qualidade do trabalho intelectual desses docentes correspondesse um número específico, e, na simples relação de maior ou menor entre os números de cada um deles, toda a complexidade de se estabelecer o valor qualitativo da produção de um determinado indivíduo se resolvesse, o que estimula inevitavelmente o foco na quantidade. À parte isso, no entanto, não há muito que se possa fazer com uma superprodução textual desnecessária, não se pode “trocar” um texto ruim por outra coisa. Não há consumidores para esses trabalhos excessivos. Em suma, publica-se especificamente para que se possa continuar trabalhando, para se ter o “contrato renovado”, como explicou Schenberg.

Em virtude dessas condições, há um grande desperdício de potencial na academia. Um potencial humano de criação, de ensino, de

---

<sup>58</sup> ADORNO, T. W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: BENJAMIN, W. et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 165.

diálogo, que se escoa em horas longas e quietas de isolamento, horas dedicadas à escritura de textos feitos não para serem lidos, mas para o registro e o esquecimento, textos mortos desde o princípio. É evidente que sempre existe a exceção, mas um regime que, da regra, espera o inútil e, da exceção, o bem-sucedido não deveria ter, por razões absolutamente claras, sua utilização cogitada, muito menos empregada, no ambiente universitário.

Não obstante, o modo como se tem gerido a produção intelectual acadêmica parece ter sido baseado essencialmente em um entendimento poujadista da relação entre as coisas do mundo. O senhor Pierre Poujade, personagem a quem Roland Barthes dedicou duas análises em seu excelente livro *Mitologias*, foi um líder conservador que alcançou notoriedade na França dos anos 50, ao liderar um movimento de comerciantes e artesãos franceses contra a política fiscal adotada pelo governo. O movimento, denominado poujadismo, que posteriormente virou sinônimo de revolta conservadora e pequeno-burguesa, pregava o “bom senso” e a defesa da “gente simples”, ao passo que se opunha à “elite” e aos intelectuais. Barthes, que à época escrevia os textos de *Mitologias*, centrados em temas da cultura de massa, observou na argumentação de Poujade uma ideologia da equivalência quantitativa entre os atos humanos, uma visão de mundo que “consiste em iludir os valores qualitativos, em opor aos processos de transformação a própria estática das igualdades (olho por olho, efeito contra causa, mercadoria contra dinheiro, tostão por tostão etc.)”.<sup>59</sup> O pensamento poujadista se assentava no bom senso, no apelo à “razão” como antidoto contra os intelectuais diplomados, segundo ele sonhadores desligados do mundo “real”. Tratava-se, claro, de um real bastante específico:

Nós sabemos agora o que é o real pequeno-burguês: não é da fato o que se vê, é o que se conta; ora, esse real, o mais limitado que todas as sociedades conseguiram definir, tem apesar de tudo sua filosofia: é a do “bom senso”, o famoso bom senso da “gente simples”, diz Poujade. A pequena-burguesia, ao menos a de Poujade (Alimentação, Comércio de Carnes), possui seu próprio bom senso, como se fosse o apêndice físico glorioso de um órgão de percepção só seu: órgão curioso, por sinal, já que

---

<sup>59</sup> BARTHES, R *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013, p. 87.

para enxergar claro deve antes de mais nada cegar-se, recusar-se a ir além das aparências, considerar moeda corrente as proposições do “real” e decretar como “nada” tudo que poderia vir a substituir a réplica pela explicação. Seu papel é indicar igualdades simples entre o que se vê e o que é, e assegurar um mundo sem substituição, sem transições e sem progressão. O bom senso é como o cão de guarda das equações pequeno-burguesas: ele tapa todas as saídas dialéticas, define um mundo homogêneo, no qual nos sentimos em casa, protegidos dos problemas e dos escapes do “sonho” (entendam: de uma visão não contabilizável das coisas). Como as condutas humanas são e têm de ser apenas pura retaliação, o bom senso é uma reação seletiva do espírito que reduz o mundo ideal a mecanismos diretos de réplica.<sup>60</sup>

Esse órgão de percepção pujadista, insensível a desdobramentos e evoluções, de modo a manter imperturbada a exatidão tranquila das relações quantificadas entre as coisas, não é de modo algum uma ocorrência isolada, imprevista, em desarmonia com a história. Pelo contrário, trata-se de uma manifestação perfeitamente alinhada à época corrente. A disposição a encarar as coisas da vida de maneira materialista, a fixação no entendimento exclusivamente prático de qualquer fenômeno humanamente experienciável, isso é, em seu valor na resolução de interesses materiais imediatos, é uma tendência generalizada neste momento, não configura mais uma exclusividade de classe. Via de regra, tem-se julgado tudo que se possa produzir e toda meta, todo propósito, enfim, tudo que se possa desejar, através da mesma unidade de medida, como se, para cada coisa feita, houvesse, no mesmo ponto da mesma escala de valor, um resultado equivalente. Sendo assim, a crescente banalização da escrita acadêmica não decorre de razões específicas à academia, mas reflete naturalmente a concepção atmosférica de que “todo feito humano, mesmo mental, existe apenas como quantidade”.<sup>61</sup> Essa concepção promove evidentemente tendências individuais bastante autocêntricas, uma vez que se passa a considerar

---

<sup>60</sup> Id. Ibid. p. 88.

<sup>61</sup> Id. Ibid. p. 185.

todo fruto do próprio trabalho como a contraparte de uma recompensa individual (em outras palavras: “faço isso para receber aquilo”).

Certos feitos, no entanto, são fundamentalmente inconciliáveis com essa lógica que se fecha no próprio indivíduo, pois sua própria existência se completa apenas com a presença imprescindível do outro. É o caso do texto, que só se constitui como tal na medida em que é lido, um texto sem leitores tem existência apenas material. Logo, um sistema em que a produção intelectual está voltada ao próprio autor vai de encontro à própria ideia de escrita acadêmica, que pressupõe o altruísmo como condição primária.

A quantificação dessa produção, portanto, ao estimular à publicação por razões individualistas, tem alterado a concepção natural (por assim dizer) do texto acadêmico. O que anteriormente emergia de uma necessidade autêntica de comunicar e repercutir, agora deriva, árido e maquinal, das obrigações burocráticas. A este respeito, é conveniente recordar, para não se perder de vista uma lição do passado recente, que o grande livro da linguística moderna, o *Curso de linguística geral*, nunca foi escrito por Saussure, mas simplesmente ensinado.

## **Recapitulação**

Este capítulo principiou por uma perspectiva histórica da publicação acadêmica para poder contextualizar o cenário da pós-graduação brasileira. Partindo da fundação do *Journal des Sçavans* e do *Philosophical Transactions of the Royal Society* no século XVII, passando pela remodelação do gerenciamento universitário nos Estados Unidos pós Segunda Guerra e pela conseqüente difusão internacional desse novo modelo de gestão, chegou-se ao cenário presente dos programas de pós-graduação nacional.

Em seguida, analisou-se o funcionamento do sistema de avaliação desses programas, notadamente no que concerne ao julgamento da produção intelectual, em especial da área de Linguística. Observou-se que essa avaliação tem sua execução prática fundamentada em critérios puramente quantitativos, ainda que oficialmente o discurso dos documentos disfarce a sua real aplicação. Em decorrência disso, a avaliação tem servido menos como propulsora de real desenvolvimento acadêmico e mais como um mecanismo de superprodução de trabalhos sobressalentes, sem leitores, publicados apenas pela necessidade de cumprimento das coercivas obrigações profissionais do próprio autor.

Por fim, através de uma análise mais ampla dedicada à quantificação e seus efeitos, notou-se que a própria concepção do texto acadêmico, em termos de propósito e necessidade, tem sido alterada. Tendo em vista que o PNPG atual tem validade até o final da década, essa alteração, pelo menos no que concerne às disposições oficiais, segue imperturbadamente seu curso.

## CAPÍTULO II

*[A linguística crítica] nasceu a partir da conscientização de que trabalhar com a linguagem é necessariamente intervir na realidade social da qual ela faz parte. Linguagem é, em outras palavras, uma prática social. A linguística também o é. [...] as reflexões teóricas que os teóricos da linguagem, os linguistas, costumam fazer também são atividades conduzidas na – e através da – linguagem, como aliás não poderia ser de outra forma. Isso quer dizer que, ao contrário do que alguns teóricos gostariam de crer, suas atividades não estão – e jamais podem estar – fora da linguagem. Pelo contrário, elas são atividades eminentemente linguísticas. Ora, logo temos a consequência inevitável de que pensar sobre a linguagem é também uma das tantas formas de pensar na linguagem.*  
(Kanavillil Rajagopalan)

A linguística no Brasil vive uma condição paradoxal. De um lado, uma ciência em plena expansão quantitativa, nunca existiram tantos programas de pós-graduação, tantos professores, tantos alunos e tantos textos publicados como nos últimos anos. Do outro, uma ciência claudicante na efetivação de suas propostas – existe, hoje, maior contrariedade entre os linguistas do que a realização de que reiteradamente seus próprios alunos licenciados, ao seguirem a carreira do magistério, lançam mão de uma prática pedagógica cristalizada,

corroborando-a, quando deles se esperava exatamente o contrário? – e pouco exitosa na defesa pública de suas teses. Já em 2001, o célebre linguista brasileiro Carlos Alberto Faraco apresentava um diagnóstico desalentador sobre a situação da linguística no Brasil:

[...]nossas práticas de ensino e pesquisa, nossas elaborações teóricas e nosso impressionante acervo de descrições do português que falamos aqui e da caracterização da complexa realidade linguística do país têm servido para colocar nossa voz no campo das batalhas culturais como uma voz pelo menos equipolente como as outras vozes que dizem a língua?

Minha impressão é de que a resposta a essa pergunta é negativa. Isto é, depois de 40 anos da introdução oficial da linguística na universidade brasileira, somos ainda invisíveis e inaudíveis para a sociedade como um todo.<sup>62</sup>

Em outros termos, as palavras de Faraco sugerem uma linguística brasileira ativa no ensino e na pesquisa, ou seja, no espaço usualmente insular da academia, mas, ao mesmo tempo, eclipsada para o resto da sociedade. Trata-se, com efeito, de uma constatação dura para os linguistas, pois carrega, de modo subjacente, uma crítica à disposição desses pesquisadores para estender suas proposições além da Universidade, quando necessário. Aliás, é também um alerta em relação ao frequente insucesso na formação dos próprios alunos, justamente aqueles que frequentam a Universidade e recebem, em primeira mão, as lições dos linguistas, conforme reitera Faraco na sequência:

[...] nada do que sabemos e fazemos parece ter repercussão política para fora dos nossos arraiais. Parece que nem mesmo a maioria dos nossos alunos que formamos em nossos cursos de graduação incorpora, até as últimas consequências, nosso modo de dizer a língua. Boa parte deles, ao ingressar, por exemplo, no

---

<sup>62</sup> FARACO. C. A. A linguística serve para alguma coisa? *Revista Letras*, Curitiba, n. 56. p. 33-41., jul./dez. 2001. p. 36.

magistério, não faz mais que apenas reiterar outros discursos.<sup>63</sup>

A princípio, a crítica parece um tanto desmedida; afinal, existe mesmo uma espécie de incoerência inerente às informações, como se alguns pontos não se ligassem. O contrassenso é que a linguística no Brasil estaria em plena atividade e, supostamente, em expansão, ao passo que simultaneamente experimentaria a esterilidade e invisibilidade social – não que isso, por si só, configure um problema, pois fecundidade e reconhecimento não são de modo algum pré-requisitos da ciência, mas, no caso da linguística, o problema está dado, pois os linguistas essencialmente *querem* ser fecundos nas discussões sobre a língua/linguagem e *querem* que seus discursos sejam reconhecidos. Assim, de duas, uma: ou a “atividade” da linguística tem sido infeliz, ou sua invisibilidade é questionável (eis uma incompatibilidade que deveria intrigar os linguistas nos momentos de autorreflexão). De qualquer maneira, o alerta não parte do despropósito ou sensacionalismo. Faraco é um linguista bastante respeitado – por assim dizer, e com o pecado da subjetividade – que já experienciava o meio acadêmico, do seu interior, havia umas três décadas quando fez esse alerta. Portanto, não se trata de um observador distante, desatento, mas de um crítico interno, alguém que experimentava de perto os dilemas da linguística na academia, a grande maioria dos quais ainda presentes atualmente. Além disso, ele não está sozinho, qualquer indivíduo suficientemente familiarizado com a área de Letras e Linguística na academia reconhece que a dificuldade em formar licenciados que apliquem conhecimentos da linguística relativos à didática de ensino de língua nas escolas é um tema recorrente nos debates especializados.

Contudo, a despeito de sugestiva, a questão dos alunos não é exatamente o indicador mais preciso da repercussão que o trabalho que têm feito os linguistas na Universidade possui nas tomadas de decisão e no debate público de questões linguísticas. Mais oportuno é endereçar diretamente o olhar para espaços onde as questões linguísticas estão sendo consideradas publicamente, como em um artigo da revista de maior circulação no Brasil, a *Veja*, sobre como se expressar em português “bem e com correção” seria uma das dificuldades dos brasileiros, embora muitos estivessem conscientes da situação e quisessem “melhorar” (a prova cabal seria, ao que parece, a

---

<sup>63</sup> FARACO, C. A. loc. cit.

popularidade de Pasquale Cipro Neto, o protagonista do artigo). Como a opinião homogeneizante de língua – isto é, a de que existe, por exemplo, uma língua qualquer (no caso em questão, o português) absolutamente homogênea e uma única maneira de usá-la “corretamente” – não é exatamente corroborada pelos linguistas da Universidade (uma das razões pelas quais o prescritivo Pasquale nem sempre goza de muita compreensão entre eles, tornando-se alvo de muitas censuras), o autor do artigo trata logo de “corrigir” os linguistas e suas críticas, que

[...] ecoam o pensamento de uma certa corrente relativista, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos. Quem aponta incorreções na fala popular estaria, na verdade, solapando a inventividade e a auto-estima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista. Trata-se de um raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do "povo". O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado.<sup>64</sup>

Essa distorção rasteira (e pouco inocente) da sociolinguística não configura minimamente uma crítica, tampouco um debate justo, mas essencialmente uma absoluta rejeição a qualquer pressuposto laboviano – ou simplesmente a *qualquer argumento*, seja qual for, basta apenas que seja defendido por um linguista acadêmico que “relativize o certo e o errado”. Afinal, existe algum que não o faça? O próprio Pasquale, descrito como a antítese dos “relativistas”, explica ao jornalista da *Veja* que não defende “que o sujeito comece a utilizar português castiço para discutir futebol com os amigos no bar” e que “falar bem significa ser poliglota em sua própria língua” e “saber utilizar o registro apropriado em qualquer situação”. Não obstante, o insistente jornalista conclui:

---

<sup>64</sup> LIMA, J. G. op. cit.

“Felizmente, a maior parte das pessoas não está nem aí para a conversa mole dos relativistas”.<sup>65</sup> Sarcasmo à parte, é difícil compreender a posição do artigo em termos de linguística; por isso, não se trata de uma crítica ou debate construtivo, os argumentos dos linguistas acadêmicos são rechaçados antes mesmo de serem considerados. E esse tem sido um fenômeno recorrente na consideração pública de assuntos de língua e linguagem em geral.

Com efeito, há algo de muito emblemático nesse episódio, visto que a sociolinguística, entre as diversas disciplinas da área, seria potencialmente uma das que mais se ocupa de questões linguísticas que se aproximam do interesse público imediato – em comparação, digamos, à sintaxe ou à morfologia, áreas mais propensas a elucubrações puramente teóricas, muitas vezes herméticas para o público leigo, como o emaranhado Programa Minimalista, por exemplo – e, ainda assim, não tem triunfado em alçar suas argumentações além de um estado inerme, fruto da invisibilidade que mencionava Faraco, em que estão sujeitas ao descrédito por vias de negações generalizantes e maliciosas, aquelas que os reduzem, sem constrangimento, a “esquerdismo de meia-pataca” idealizador da ignorância e dos pobres, sem discuti-los ou considerá-los de fato.

A princípio, seria possível amenizar a situação deslocando a responsabilidade dos linguistas e transferindo-a ora aos políticos, pois em termos de legislação referente a questões linguísticas o mesmo descrédito tem sido recorrentemente observado, ora à revista, que sabidamente defende uma ideologia bastante específica, mas isso só seria justificável diante de um caso isolado, precisamente o oposto do que tem ocorrido, prova disso é o modo como foi abordada na mídia uma das mais recentes polêmicas linguísticas de grande repercussão no país, a do livro didático que supostamente ensinaria a falar errado. Acusação que, no fim das contas, não era verdadeira, apenas sensacionalista, ocasião em que reportagens e discussões similares à da *Veja* (aquelas em que os linguistas são acusados de defender o livro baseado em esquerdismo – a saber: toda opinião que ouse romper com o senso comum, com a estabilidade tendenciosa da vida – e elogio ao “português errado”) se propagaram e mostraram ser a regra, não a exceção. É precisamente por isso, ou seja, por não configurar um caso isolado, mas a tendência geral, que a situação não pode ser minimizada com o argumento de que o político, o jornalista ou determinado veículo

---

<sup>65</sup> Id., Ibid.

de imprensa rejeita a linguística, o que não significa, vale ressaltar, que isso absolutamente não ocorra, uma vez que sabidamente os políticos legisladores defendem seus interesses e convicções ideológicas, bem como a imprensa compreende diferentes inclinações teóricas e políticas, diferentes linhas editoriais e paradigmas jornalísticos, tornando compreensível que determinada revista tradicionalmente conservadora, por exemplo, descredite proposições que considera “de esquerda”. Contudo, como bem observou Faraco em outra oportunidade, mesmo em veículos de abordagem mais especializada, da qual se poderia esperar análises menos comprometidas, não se “consegue encarar um debate mais arejado da questão da língua”.<sup>66</sup> E essa é, sem dúvida, uma constatação fundamental, é um sintoma de que a linguística, no Brasil, tem sido reiteradamente desconsiderada, em diferentes espaços, na discussão pública de suas questões.

Assim, a linguística deveria primeiramente dirigir o olhar a si mesma e ao modo como tem se dirigido ao público, ou pelo menos ao modo como os linguistas têm encarado, política e eticamente, a repercussão do próprio trabalho que têm desenvolvido na academia, pois a abordagem do descrédito parece ser padrão, uma recorrência dos debates e tomadas de decisão em geral. Trocando em miúdos, lançando mão de uma velha analogia: se um vizinho tropeçar sempre no mesmo degrau da escadaria, é melhor conferir se há algo de errado com o vizinho; porém, se todos os vizinhos tropeçam no mesmo lugar, é mais inteligente verificar se há algo de errado com o degrau. Vejamos, então, o degrau.

## **A linguística no Brasil de hoje**

Há algumas décadas, a linguística vivia um período de notoriedade e influência. Os anos 60 e 70 especialmente representaram um momento prolífico de repercussão teórica e vasto diálogo com outras áreas. Roland Barthes chegou a afirmar em 1964 que a promoção brusca da linguística que havia sido testemunhada nos anos precedentes significou uma grande revolução na história contemporânea das ciências humanas, pois a linguística se tornou justamente uma espécie de ciência

---

<sup>66</sup> FARACO. C. A. Questões de política de língua no Brasil: problemas e implicações. *Educar*, Curitiba, n. 20. p. 13-22, 2002. p. 21.

piloto para outras ciências humanas.<sup>67</sup> Todavia, decorridos os dias de glória, houve repentinamente, nas palavras de Rajagopalan,

um recuo, um certo conformismo com os resultados alcançados, um desinteresse em olhar para o que os pesquisadores em outras áreas estão pensando a respeito de questões que também teriam a ver com a linguagem, embora de forma indireta.<sup>68</sup>

Desde esse arrefecimento brusco, a linguística não conseguiu mais retomar a posição proeminente de outrora. Na verdade, parece que os últimos anos representam essencialmente um momento de retração e declínio em alguns países onde anteriormente a linguística experimentava maior estabilidade. Para Rajagopalan, “o que se verifica em alguns desses países é uma diminuição da demanda pela linguística e uma migração de estudantes e pesquisadores para outras áreas”, além de uma tendência geral de enxugamento de verbas para as áreas humanas, e sobretudo para a linguística, muito provavelmente, mas não apenas, em virtude da corrente transformação das universidades em negócios lucrativos, à qual as áreas humanas, como era de se imaginar, não têm se adaptado com a mesma facilidade apresentada por áreas cujos resultados são mais imediatos e facilmente calculáveis.<sup>69</sup>

Nos Estados Unidos e no Reino Unido testemunhou-se o encerramento de departamentos inteiros.<sup>70</sup> Recentemente, por exemplo, a Universidade de Salford, na Inglaterra, enviou um comunicado aos seus estudantes anunciando que a partir de 2013 não seriam mais admitidos novos calouros para as áreas de linguística, línguas modernas e história contemporânea, e que eventualmente o centro de Línguas/linguagens, Humanas e Ciências Sociais seria descontinuado. A decisão foi classificada pelos administradores como uma medida para

---

<sup>67</sup> LECTURES pour tous. Direção: Jean Prat. Apresentação: Pierre Dumayet. Participante: Roland Barthes. França: Office national de radiodiffusion télévision française, 1964. 8 min. Disponível em: <<http://www.ina.fr/video/I05265306/roland-barthes-sur-son-livre-essais-critiques-video.html>>. Acesso em: 04/05/2015..

<sup>68</sup> RAJAGOPALAN, K. op. cit. p. 41

<sup>69</sup> Id. Ibid. p. 37-38.

<sup>70</sup> Id. Ibid.

“assegurar o futuro da universidade”.<sup>71</sup> Só em relação aos cursos de línguas modernas no Reino Unido, que não são linguística per se, é claro, mas frequentemente estão vinculados aos mesmo centros e sujeitos à mesma sorte (por isso é interessante observar sua situação), houve um declínio de 40% no número de universidades que oferecem formação na área entre 1998 e 2013.<sup>72</sup> Uma diminuição que, se continuada no mesmo ritmo, representará o fechamento de dois ou três departamentos por ano, segundo prognóstico do coordenador do departamento de línguas modernas da Universidade de Southampton.<sup>73</sup>

Presencia-se, portanto, uma época dura para as ciências humanas em geral. Frank Donoghue, a propósito, prevê um futuro negro para área no ensino superior americano. Em seu interessante estudo sobre a ascensão do modelo de universidade empresarial, lucrativa, e seu impacto nas áreas humanas, Donoghue conjectura que em breve, cerca de uns 50 anos, a ideia geral de universidade será a de uma empresa, e não mais a de uma instituição social, e que a educação universitária com duração de dois anos, já em franca expansão nos Estados Unidos, extremamente prática e de viés ocupacional, isso é, voltada à satisfação imediata das necessidades do mercado de trabalho, será a escolha padrão de educação pós-secundária no país, ao passo que a formação de quatro anos, onde se encaixam as áreas humanas, se restringirá às universidades tradicionais e se tornará um privilégio dos estudantes mais abastados:

Assim como a sociedade americana em geral, com sua crescente separação entre os que têm tudo os que não têm nada, as universidades americanas se tornarão cada vez mais estratificadas. As de elite, privilegiadas (cerca de uma centena, segundo a pesquisa de Barron e outras semelhantes) continuarão a funcionar da mesma maneira que o fazem hoje, defendendo as artes liberais e as humanas e educando os filhos das elites e dos privilegiados para posições de liderança no direito, na política, ciência, medicina, no setor

---

<sup>71</sup> MORGAN, J. Salford cuts courses ‘to secure future’. 2013. Disponível em: <<http://www.timeshighereducation.co.uk/news/salford-culls-courses-to-secure-future/2004425.article>>. Acesso em: 05/05/2015.

<sup>72</sup> BAWDEN, A. Modern languages: degree courses in freefall. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/education/2013/oct/08/modern-foreign-language-degrees-axed>>. Acesso em: 05/05/2015.

<sup>73</sup> Id. Ibid.

corporativo e, é claro, na sua própria marca exclusiva de educação superior. [...] O precipício entre essas universidades de elite e as instituições que educam todos os outros se ampliará em novos desdobramentos que complicarão nossos esforços para definir tanto a ideia de educação superior quanto o conceito de acesso a ela.<sup>74</sup>

Essas são projeções sem dúvida importantes em relação ao futuro das ciências humanas na universidade, as quais levantam uma série de questões urgentes. E dado que no Brasil existe uma tradição de reproduzir exemplos do ensino superior americano, seria conveniente que em breve se começasse a ocupar-se delas por aqui. Por ora, no entanto, as humanas ainda parecem estar seguras em terras tupiniquins. Na verdade, o caso da linguística no Brasil é especialmente curioso, pois, em alguns aspectos, parece andar justamente no sentido oposto à atual recessão que se verifica em outros locais.

De acordo com o Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes, havia em 1998 um total de 68 programas de pós-graduação na área de linguística, letras e artes, sendo 51 com o nível de doutorado e 17 com apenas mestrado, ao passo que em 2013 havia 178 na mesma área (doutorado: 101; mestrado: 72; mestrado profissional: 5). Em uma década e meia, portanto, a área testemunhou um crescimento de mais de 160% em quantidade de programas. A título de comparação, no mesmo período as áreas da saúde e de ciências exatas e da terra cresceram pouco mais de 96% e 88%, respectivamente. Outro dado pitoresco, tanto por curiosidade quanto para dimensionar o tamanho desse crescimento, é que em 1998 seis estados brasileiros ainda não possuíam absolutamente nenhum programa de pós-graduação. Foi apenas recentemente que o cenário mudou de figura, em 2006, ano de progresso curioso para o Brasil, que conseguiu sincronizar dois feitos particularmente anacrônicos entre si, enviando um astronauta para uma missão estranha e custosa no espaço, enquanto simultaneamente o Amapá, o último estado a acolher essa manifestação interessante do progresso na esfera educacional, entrava para o time dos estados pós-graduados.<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup> DONOGHUE, F. op. cit. p. 84. A tradução é minha.

<sup>75</sup> CAPES. Sistema de Informações Georreferenciadas. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>>. Acesso em: 05/05/2015.

Evidentemente, dado que o número de programas nas áreas de linguística, letras e artes aumentou de maneira expressiva, a quantidade de pessoal também cresceu consideravelmente. O total de docentes permanentes subiu 20% no mesmo período, de 2993 para 3595. E os discentes, que em 1998 eram 5770 (4115 em nível de mestrado e 1655 em nível de doutorado), passaram a ser 17987 (mestrado: 10634; doutorado: 6369; mestrado profissional: 984), um aumento de 211%.<sup>76</sup> Cruzando os dados diretamente, sem levar em consideração outros fatores, verifica-se que há um novo professor para cada vinte novos alunos. Se a proporção continuar a mesma ao longo dos próximos anos, inevitavelmente a sobrecarga de orientandos sob responsabilidade de um mesmo orientador se tornará a regra geral.

O cenário que se observa atualmente no Brasil, portanto, é em um primeiro momento o de uma linguística em franca ascensão. As estatísticas acima são claras: houve, sim, um estouro quantitativo em número de programas, de estudantes e de docentes (estes últimos, todavia, em quantidade mais moderada) ao longo dos últimos anos. São as mesmas estatísticas, então, uma prova irrefutável de que a linguística no Brasil vive um momento extraordinário, prolífico, contrastando com o presente estado de recessão da área em nível acadêmico internacional? Não, absolutamente não, os linguistas brasileiros vivem, por razões que serão consideradas adiante, os mesmos dilemas que seus colegas estrangeiros. Os números, muitas vezes, quando tomados à revelia dos acontecimentos e das condições do mundo real, podem ser evocados para construir realidades que se sustentam apenas na frieza de relações lógicas. Nesse caso especificamente, o máximo que se irá depreender das estatísticas, em sua relação com os fatos, é que a linguística no Brasil vive um paradoxo todo seu: o crescimento numérico expressivo de programas e de pessoal ocorre estranhamente em sincronia com um período de insulamento teórico, de pouco intercâmbio com outras áreas, sobretudo em comparação com o passado recente das ciências humanas, e de uma recorrente apatia, quando não negligência, em relação a problemas linguísticos socialmente eminentes, de uma participação tímida na resolução desses problemas que dizem respeito ao complexo campo da linguagem, das línguas, dos discursos, muitas vezes envolvidos em relações de poder que atravessam a vida do homem comum, salvo por alguns esforços, muitas vezes mais localizados, mais individuais do que coletivos, restritos a alguns núcleos e indivíduos específicos, e pelo

---

<sup>76</sup> Id. Ibid.

posicionamento natural de algumas áreas mais críticas e atuantes, como a linguística aplicada, por exemplo.

A desconfiança em relação às estatísticas, contudo, não é uma disposição geral. Em um artigo publicado em 2011, Jorge Guimarães, então presidente da Capes, exaltava as razões responsáveis por um suposto avanço da produção científica brasileira, o qual, afirmava ele, podia ser identificado através de um aumento no número de publicações em periódicos indexados (pelas bases de dados anglocêntricas mencionadas acima). Dentre essas razões destacadas por Guimarães, estariam “as exigências de desempenho dos cursos nas avaliações da pós-graduação pela Capes” e “a cobrança de melhor desempenho individual dos pesquisadores na avaliação por todas as agências de fomento”.<sup>77</sup> Cobranças e exigências, assim como são impostas a um vendedor ou a um operário em uma linha de produção, podem ser igualmente empregadas no trabalho acadêmico – e por isso têm sido – com vistas a obter aumento nos resultados finais. Em um contexto fabril ou comercial, no entanto, esse aumento se traduz diretamente em “sucesso”, isto é, quanto mais se produz e mais se vende, melhor o resultado, ao passo que na academia o simples aumento da produção não garante absolutamente nada em termos de sucesso. É precisamente por essa razão que Guimarães se equivoca em sua euforia quantitativa, que nasce de uma confusão entre avanço da produção científica e avanço da *quantidade* de produção científica, os quais, como já se pôde concluir no capítulo anterior, não possuem uma relação de sinonímia, tampouco de consequência. O interessante é que essa confusão carrega em si uma síntese do caso particular da linguística no Brasil hoje: quando se entende o aumento da publicação acadêmica como a causa, ou simplesmente como sinônimo, do progresso científico, a ponto de se criar um sistema de cobranças e exigências cujo propósito é claramente o de inflar o primeiro, por vias de coerção dissimulada, para se “obter” o segundo, tem-se exatamente o cenário que sobrecarrega e isola os linguistas hoje. Para se compreender esse cenário e suas implicações no que concerne à linguística, é preciso, portanto, analisar à luz dos fatos o crescimento quantitativo que se tem observado nas avaliações e outros indicadores, contrapondo os números à realidade atual da área, tarefa que será empreendida a seguir.

---

<sup>77</sup> GUIMARÃES, J. A. As razões para o avanço da produção científica brasileira. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/57-salaimprensa/artigos/4720-as-razoas-para-o-avanco-da-producao-cientifica-brasileira>> Acesso em: 05/05/2015.

## Números e fatos

De acordo com os cadernos de indicadores e fichas de avaliação da Capes, houve um grande aumento na produção intelectual proveniente dos programas de pós-graduação em linguística nos últimos anos. Viu-se acima que no mesmo período também foram abertos mais programas e contratados novos docentes, em quantidades consideráveis, na área de linguística, letras e artes. Consequentemente, à primeira vista um fenômeno parece decorrência do outro. No entanto, a relação entre ambos, apesar de relevante no aumento da produção intelectual acadêmica, não explica a expressividade com que esse aumento se deu. Por exemplo: em 2001, o programa já consolidado e consideravelmente prestigiado da Universidade de São Paulo teve uma produção geral de pouco mais de 240 itens, a segunda maior daquele ano, ao passo que, em 2012, o programa da Universidade Federal da Paraíba, inaugurado no início do presente século, teve mais de 500 itens registrados; no mesmo período de tempo, o programa da Universidade Católica de Pelotas experimentou um aumento de mais de 710% em sua produção geral, enquanto as universidades federais de Uberlândia e do Ceará tiveram um aumento de mais de 500% no total de artigos publicados. Esses são os números que mais se destacam, mas é preciso ressaltar que alguns programas experimentaram um crescimento mais moderado, embora todos tenham crescido nesse aspecto (para comparação: os programas da PUC/RS, da UFSC e da UFRJ tiveram no período, respectivamente, um aumento de 190%, 125% e 68% no número de artigos publicados).<sup>78</sup>

É evidente, portanto, que apenas a abertura de novos programas e a contratação de novos docentes, ainda que parcialmente responsáveis, não bastam para explicar a intensidade desse aumento. Qual seria, então, a justificativa por trás de uma mudança tão brusca no comportamento dos membros da área em relação à produção intelectual? O argumento proposto aqui é de que o sistema de avaliação, além de ser um dos meios através do qual essa mudança se constata, é também sua principal motivação. Conforme se demonstrou na análise do seu funcionamento realizada no capítulo anterior, os linguistas brasileiros têm trabalhado justamente sob um regime de exigências que prioriza – e por isso também maximiza – a produção intelectual.

O problema é que essa maximização cobra um preço caro para a área, fato que tem sido negligenciado tanto pelos órgãos de fomento,

---

<sup>78</sup> Cf. nota 10, acima.

conforme demonstrado acima através das próprias palavras do antigo presidente da Capes, que exalta os números superlativos e os métodos de cobrança e exigência que os estimulam, quanto por boa parte dos acadêmicos, que não apenas aceitam esses métodos, como também ajudam a pô-los em prática e a reforçá-los. O fato que se negligencia é que o crescimento vertiginoso só tem sido possível com o redirecionamento do labor humano envolvido no processo, isto é, para consegui-lo foi preciso desnudar um santo para vestir o outro, essencialmente centralizou-se esse labor na escrita e na publicação especializada à custa de outras funções inerentes ao trabalho acadêmico.

Pouco se objeta, contudo, em relação a esse deslocamento. Impõe-se e aceita-se a publicação como o elemento central da carreira acadêmica com muita naturalidade, literalmente assumindo como natural aquilo que é institucional, apesar dessa centralidade, como explicado no capítulo anterior, ter uma existência bastante recente na história da academia. No século passado, por exemplo, o reitor da Universidade de Minnesota chegou a afirmar que essa tarefa era, “assim como tocar piano ou colecionar gravuras, assunto particular do acadêmico”,<sup>79</sup> mas essa perspectiva também peca pelo extremismo. Escrever e publicar são de fato realizações fundamentais na academia, mas apenas fazem sentido quando provêm de uma necessidade autêntica, a qual pode surgir com maior frequência para alguns, e com menor, ou mesmo nenhuma, para outros. Nem toda pesquisa termina em material publicável, cada área específica responde a variáveis diferentes (não se consegue fazer “novidade” digna de compartilhamento em sintaxe com a mesma frequência que se tem feito em linguística aplicada, por exemplo) e naturalmente cada pesquisador tem seu próprio ritmo. No entanto, faz-se vista grossa, ignora-se esses e outros pressupostos elementares e transforma-se a escrita em obrigação, em formalidade, publica-se como quem assina o ponto, e os critérios oficiais de avaliação demonstrados no capítulo anterior não deixam dúvida de que não há limites à vista para o excesso que daí decorre; uma vez que toma-se a minoria superior como modelo de exigência para os demais, todos precisam correr atrás, e assim quanto mais se publica a cada triênio, mais será preciso publicar no próximo.

Contraopondo-se o crescimento de número de programas ao crescimento da produção intelectual, é fácil observar essa tendência. De acordo com os dados da Capes, o número total de programas

---

<sup>79</sup> Apud DONOGHUE, F. op. cit. p. 52.

exclusivamente em linguística – isto é, sem contar aqueles em que a linguística coexiste com outros campos, como literatura, tradução, etc. – cresceu pouco mais de 160% entre 2001 e 2012, enquanto a produção intelectual total dos mesmos programas cresceu aproximadamente 230%.<sup>80</sup> É evidente, portanto, que a produção tem aumentado em ritmo expressivamente mais acelerado que o de abertura de novos programas, o que indica que atualmente não apenas se produz muito mais do que no início da década passada, mas também, e mais importante ainda, que a proporção de trabalhos publicados por cada programa de linguística no Brasil é certamente a maior da história, e a perspectiva é que siga crescendo.

Os gestores, como se viu, regozijam-se e exaltam os números extravagantes. Pouco, ou mesmo nada, se comenta, todavia, sobre um relevante declínio que pode ser observado em meio às estatísticas: ao longo dos últimos anos, apesar do progressivo aumento da produção, a proporção de textos publicados em veículos não especializados (jornais, revistas, etc.) em relação ao total de trabalhos publicados experimentou uma relevante diminuição. Atualmente publica-se proporcionalmente menos em veículos para o público leigo do que em 2001. A título de ilustração, em 2012, do total de produção intelectual dos linguistas, apenas pouco mais de 3,7% representa trabalhos publicados em jornais e revistas não especializados, ao passo que, em 2001, atingia-se por volta de 6%. Uma diminuição modesta a princípio, porém absolutamente considerável, se não se perder de vista que ocorre precisamente na contramão de uma tendência geral de aumentos em praticamente todos os aspectos da produção intelectual. E é preciso ressaltar também que essa porcentagem é muito inflada devido aos consultórios gramaticais permanentes, desses que se encontram em muitos jornais, para os quais alguns docentes colaboram com regularidade, e que representam a maior parte dessa produção (talvez uma das razões, entre tantas, pelas quais linguista e gramático sejam frequentemente sinônimos na mentalidade popular).<sup>81</sup>

Esse afastamento do público leigo está fortemente vinculado ao processo de avaliação. Viu-se anteriormente que são as publicações em periódicos especializados as que mais recompensam o esforço do linguista. Colaborar com outras áreas do conhecimento, engajar-se em debates contemporâneos e eventualmente influir em questões linguísticas eminentes não têm sido pré-requisitos acima da publicação

---

<sup>80</sup> Cf. nota 10, acima.

<sup>81</sup> Ibid.

especializada (mesmo que não sejam atividades autoexcludentes). Hoje os linguistas brasileiros têm publicado mais do que nunca, visto que respondem a esse sistema de maximização da produção, mas, paradoxalmente, o alcance público dessa produção tem diminuído, pois os interlocutores dos linguistas, via de regra, têm sido justamente outros linguistas.

São duas as consequências dessa atual condição (intrincadas entre si) que precisam ser consideradas aqui: uma inclinação ao isolamento da linguística em seus próprios meios e o fortalecimento de uma tendência exacerbadamente positivista no cerne de algumas disciplinas tradicionais da área, uma espécie de “cientificismo” acima de tudo. Para principiar essas considerações, convém ter em mente a seguinte observação de Rajagopalan sobre a linguística dos séculos XIX e XX:

A linguística do século XIX encarnava muito bem o *Zeitgeist* daquele século, contribuindo efetivamente para as grandes questões em discussão, tal como a tese de evolucionismo de Darwin. Não é por acaso que, no século XX, dois dos momentos mais significativos no campo da linguística foram a publicação póstuma da obra de Saussure na década de 1910 e o “estouro” da revolução chomskiana nos últimos anos da década de 1950. Foram justamente momentos em que a linguística tomou a dianteira das discussões, atendendo a uma certa necessidade preeminente de novos arcabouços em face do esgotamento dos vigentes. Foram também momentos históricos em que a linguística se envolveu em grandes debates sobre questões da época que tinham um interesse maior e pertinência para os estudiosos de muitas áreas.<sup>82</sup>

Contudo, a despeito da história de relevância e contribuição da linguística nos últimos dois séculos, viu-se ao longo deste estudo que atualmente, no Brasil, a linguística, de um modo geral, não tem tido protagonismo em questões linguísticas mais urgentes, desde o silenciamento (em parte forçado, em parte voluntário) nas polêmicas que volta e meia se estabelecem ao redor da língua/linguagem, até a tomada

---

<sup>82</sup> RAJAGOPALAN, K. op. cit. p. 39.

de decisões políticas nessa seara sem consulta, ou simplesmente sem apreço, às ponderações da área. Isso ocorre ironicamente durante um período em que afloram em abundância temas urgentes que podem e devem ser debatidos sob à luz da linguística: a crescente inclusão das minorias em espaços que lhes eram estrangeiros até recentemente, como a adaptação da universidade à comunidade surda e a integração de alunos oriundos de comunidades indígenas no ensino superior, (a própria UFSC tem estado entre as instituições pioneiras nesse aspecto, com a inauguração do curso de Letras-Libras e com a Licenciatura Intercultural Indígena, que neste ano formou sua primeira turma, com 85 alunos das etnias guarani, kaingang e xokleng), ambas transformações que estão atualmente em curso, e que levantam um série de novos questionamentos e desafios linguísticos, exigindo a revisão de velhos paradigmas, a rediscussão da legislação acerca do estatuto de línguas minoritárias, bem como dos direitos de seus usuários, requerendo novas discussões, novas propostas e soluções; o surgimento de situações contemporâneas que oferecem a possibilidade de se repensar o ensino de português como segunda língua em novos contextos, veja-se, por exemplo, o presente caso dos haitianos, francófonos, que, fugindo da miséria, têm chegado em grande número ao Brasil, uma situação que certamente merece o olhar dedicado dos linguistas das mais diversas áreas de especialização, existe também o sempre crescente intercâmbio econômico e cultural com os países vizinhos e o progressivo interesse pelo português nestes países, reformando um interesse até recentemente de caráter praticamente biunívoco (do Brasil pelo espanhol),<sup>83</sup> tornando urgente a revisão da legislação linguística do Mercosul, por exemplo, o que inclui questionar as razões pelas quais as correntes disposições sobre as escolas bilíngues de fronteira e o ensino de espanhol e português como segunda língua enfrentam tantas dificuldades para serem implantadas em sua totalidade; as novas situações de utilização das línguas, ou simplesmente novas situações de linguagem, que não cessam de surgir, basta pensar nas possibilidades da informática e da própria internet; há também o problema do ensino formal de língua materna, que já se arrasta há tanto tempo no Brasil (o Inaf divulgou, em 2011, que apenas 35% e 62% da população com ensino médio e

---

<sup>83</sup> Cf. HAMMEL, R. E. Regional blocs as a barrier against english hegemony? The language policy of Mercosur in South America". In: MAURIS, J. & MORRIS, M. A. *Languages in globalizing word*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 111-142.

superior, respectivamente, possuem alfabetização plena),<sup>84</sup> a ocorrência alarmante de analfabetismo funcional em indivíduos escolarizados e o péssimo desempenho que se repete há anos em avaliações gerais, como o Pisa (no qual o Brasil ficou na 55ª posição em leitura, dentre 65, em 2012), retratam que não se tem obtido êxito na alfabetização de uma quantidade considerável de jovens estudantes brasileiros, os quais aprendem a ler, mas não aprendem a compreender o que leem, uma realidade que configura, sem dúvida, um dos problemas linguísticos mais urgentes no Brasil hoje.

Isso para citar apenas algumas das tantas questões contemporâneas que requerem a atenção dos linguistas brasileiros. Evidentemente, muitas delas têm sido de fato abordadas, seria ingênuo pensar o contrário, pois, para quem frequenta o meio da linguística na academia, esses não são de modo algum temas estrangeiros, isto é, mesmo aquele que não está absolutamente familiarizado a eles, por assim dizer, sabe que existem e que há colegas que os estudam, mas será que as ocasiões convencionais de discussão – aulas, seminários, conferências e também os textos escritos, que não deixam de ser uma espécie de discussão – têm sido bem sucedidos em não apenas trazer essas questões à superfície, mas também em potencializar a extensão desses debates, alçando-os para além da academia e inserindo-os, ou pelo menos inserindo seus argumentos, na esfera pública de considerações e deliberações sobre a linguagem? Para responder essa questão, vale a pena repetir uma segunda vez as palavras do renomado linguista Carlos Alberto Faraco: “depois de 40 anos da introdução oficial da linguística na universidade brasileira, somos ainda invisíveis e inaudíveis para a sociedade como um todo”.<sup>85</sup>

É evidente que sempre há esforços de linguistas por uma linguística mais atuante em questões imediatas, embora frequentemente individuais e localizados (no trabalho de um ou outro pesquisador, na atuação de um ou outro núcleo específico, etc.), mas há dificuldade em fazer com que esses esforços se reflitam em práticas positivas que extrapolem o ambiente muitas vezes insular da universidade. Aliás, às vezes nem mesmo na própria universidade se consegue resolver os problemas mais urgentes. Muito recentemente, dentro deste mesmo programa de pós-graduação em linguística da UFSC, foi preciso

---

<sup>84</sup> INAF, Inaf Brasil. *Indicador de alfabetismo funcional: Principais resultados*. Instituto Paulo Montenegro, 2011, p. 11.

<sup>85</sup> FARACO, C. A. 2001. p. 36.

cancelar a disciplina de linguística geral, por falta de intérpretes para os alunos surdos. É curioso, triste e um pouco aviltante ter de reconhecer ainda que, diante das circunstâncias, o cancelamento da disciplina, e com isso o atraso do planejamento acadêmico semestral individual de toda uma turma de futuros linguistas, que ficaram sem uma aula com a qual contavam, pode ser considerado, no fim das contas, uma vitória, ou pelo menos o mais próximo que dela se pôde chegar, pois, houvesse o acaso posto a disciplina a cargo de outro docente (algun com menor sensibilidade ética, digamos), o destino poderia ter testemunhado uma apologia inicial aos estudantes surdos e uma disciplina que seguiria sem eles, dado que, no caso, foi preciso que o professor responsável enviasse um e-mail geral aos discentes e docentes do programa para lembrar-lhes de que experienciava-se naquele momento uma clara manifestação social do infame preconceito linguístico, contra o qual todos teorizam, mas que, sem embargo, ocorria dentro do próprio programa sem despertar muito interesse em alguns dos colegas linguistas, tanto alunos quanto professores.

Ao passo que esse e outros problemas linguísticos se desenrolam sem solução, ou sem soluções satisfatórias, os linguistas, inclusive os da UFSC, talvez isolados cada vez mais em seus escritórios, batem recordes de produção, ostentam sua prolixidade em publicações “qualificadas”, de preferência “internacionais”, através das quais mede-se o prestígio de seus programas e exalta-se o avanço da ciência brasileira. No entanto, não se consegue nem mesmo convencer boa parte dos próprios alunos licenciados (pois o problema da linguística acadêmica também se estende à graduação) a aplicar os postulados da linguística na prática de ensino de língua no ambiente escolar, que dirá convencer o público fora da academia acerca dessas e outras teorizações da linguística.

Essa contradição entre a expansão da produção intelectual especializada e seu isolamento do debate público acerca dos problemas linguísticos e sociais imediatos não é exatamente um problema exclusivo da linguística brasileira. Como bem percebe Rajagopalan, Noam Chomsky, o linguista contemporâneo mais popularmente conhecido, não é célebre em virtude de suas teorias linguísticas, mas sobretudo em razão de suas opiniões políticas, as quais, como nota o linguista indiano, apresentam uma peculiaridade em relação ao posicionamento político de outros intelectuais: contrariamente a outros

pensadores que frequentemente se posicionam sobre as grandes questões políticas que pairam sobre o mundo contemporâneo, e defendem suas opiniões sempre partindo das posições assumidas em suas respectivas áreas, Chomsky tem sido categórico em afirmar que suas reflexões sobre a linguagem nada têm a ver com suas opiniões políticas e ideológicas.<sup>86</sup>

Não é possível deixar de notar um certo espírito chomskyano se institucionalizando na linguística atualmente. Em virtude de uma série de contingências que foram apresentadas aqui, mas também, em parte, por posicionamento voluntário, há uma generalizada onda de isolamento da linguística em si mesma, como também já se argumentou aqui. Enquanto isso, importantes questões sociais da linguagem têm sido levantadas e discutidas por pensadores de outras áreas, conforme adverte Rajagopalan:

O que precisa ser repensado urgentemente é a tendência que se observa em alguns setores da nossa disciplina de se fechar, de se recolher dentro de si, pouco se preocupando com o que se passa no mundo lá de fora – enquanto as grandes questões envolvendo a linguagem que assolam o mundo de hoje ficam a cargo de especialistas em outras áreas como a filosofia, a sociologia, a psicologia, etc. Qualquer disciplina que se dá ao luxo de permanecer restrita a uma torre de marfim corre o perigo de perder todo vínculo com os anseios da sociedade que, no fim das contas, arca com as despesas necessárias para sua manutenção.<sup>87</sup>

Para aprofundar a questão do isolamento na torre de marfim, é preciso passar para o segundo ponto de análise mencionado anteriormente, que é aquele da propensão obsessiva pela cientificidade da linguística.

---

<sup>86</sup> RAJAGOPALAN, K. op. cit. p. 42-43.

<sup>87</sup> Id. Ibid. p. 42.

Sem dúvida, houve entre os linguistas, e ainda há, uma corrente cuja crença é de que é preciso justificar e defender o status de ciência da linguística. Para alguns, essa crença data de tempos tão longínquos quanto o século XVIII.<sup>88</sup> Olhando-se para trás, é relativamente compreensível que tal preocupação tenha se feito necessária em algum momento. Ainda que os estudos da linguagem tenham sido levados a cabo desde tempos remotos, um dia seria inevitável que esses estudos se institucionalizassem e formassem uma disciplina, a qual, assim como qualquer área do saber, precisaria se legitimar, sob pena de ser relegada à categoria de pseudociência (rótulo com o qual às vezes os autoproclamados donos do saber costumam classificar áreas emergentes do conhecimento), colocando suas elucubrações à prova daquilo que se chama, com conotações que variam dependendo do contexto, de “rigor científico”.

No entanto, passada a prova de fogo e estando a linguística hoje absolutamente institucionalizada e bem estabelecida como ciência, os resquícios e a ansiedade de se querer legitimar a área perante o mundo científico ainda perseveram. E perseveram, é preciso ressaltar, de um modo bastante curioso. Desde a última grande revolução da linguística, a revolução chomskyana, que inaugurou a era em que a área ainda se encontra atualmente (e que talvez esteja se aproximando do fim, mas essa é uma discussão que infelizmente não cabe aqui, embora essencialmente urgente e contemporânea), tem-se recorrido ao ambíguo rigor científico não apenas como meio de supostamente reafirmar e reforçar o elo entre linguística e ciência em geral, mas sobretudo como meio de aproximar a linguística de uma forma específica de ciência, aquela comprometida com a exatidão.

Sobre isso, o linguista britânico John Lyons, em uma consideração dos períodos históricos da linguística, apontou para uma matematização da área no período chomskyano:

a matematização chomskyana da teoria e descrição linguística podem ser vistas como produto do forte empenho por responsabilidade [literalmente, no caso, a qualidade daquilo que pode ser respondido] e rigor pós-bloomfieldiano.<sup>89</sup>

---

<sup>88</sup> Cf. RAJAGOPALAN, op. cit..

<sup>89</sup> LYONS, J. The last forty years: real progress or not? In: ALATES, J. E. *George University Round Table on Language and Linguistics 1989*. Washington: Georgetown University Press, 1989, p. 26. A tradução é minha.

Na mesma linha, um dos linguistas brasileiros contemporâneos mais influentes e respeitados, João Wanderley Geraldi, lembrou recentemente, em uma palestra organizada pelo Programa de Educação Tutorial de Letras da UFSC, da qual infelizmente não há registros além do testemunho dos que lá estiveram presentes (o que exige, então, um exercício de confiança na boa-fé desta menção), que a linguística, ou simplesmente o estudo das línguas e da linguagem, historicamente vinculado à literatura, na qual sempre se amparou, de uns tempos para cá afastou-se dela para aproximar-se da matemática, uma relação, segundo ele, que deve se desfazer, para que a linguística retome sua relação histórica com a literatura.

Ora, sendo essa matematização uma decorrência do esforço para legitimar a linguística como ciência, e tendo em vista tantos fatores sobre a situação atual da área que já foram mencionados acima, sabe-se que este tiro tem saído pela culatra. Não se deve deixar de notar, no trecho citado de Lyons, a sua observação perspicaz de que o pensamento chomskyano em questão deriva de uma tradição bloomfieldiana, precisamente o mesmo Bloomfield para quem tudo que o sujeito comum considera e declara sobre a linguagem é de validade nula e deve ser desconsiderado pelo linguista (o que importava para ele era *como* o indivíduo falava, e não *o que* falava). Também não se pode ignorar que a mesma tradição se infiltrou amplamente em algumas disciplinas do chamado núcleo duro da linguística. Muito do que se pesquisa hoje em sintaxe, por exemplo, talvez já não sirva para outro fim que não seja o de alimentar um projeto que quanto mais se desenvolve, mais se afasta de responder qualquer questão relevante sobre linguagem. O mesmo se poderia dizer da semântica, que, em alguns de seus desenvolvimentos, tem feito mais sentido para a análise de linguagens computacionais do que para a análise das línguas que falam os homens. E para não ficar apenas nas disciplinas do núcleo duro, é possível mencionar a sociolinguística, uma área com um tremendo potencial para compreender variações linguísticas e desvelar estigmas sociais que a elas se associam, trabalhando pela emancipação do sujeito comum da concepção homogeneizante de língua historicamente perpetuada, e que, no entanto, tem sucumbido muitas vezes ao puro descritivismo de variações, desprezando assim a parte mais importante da herança laboviana.

A tradição do rigor científico, da matematização, da pura descrição, da pretensa neutralidade ideológica em relação ao objeto de estudo (como se essa já não fosse uma opção ideológica), tem sido,

portanto, parte das consequências e simultaneamente das causas do isolamento na torre de marfim. Em outras palavras, quanto mais a linguística se restringe aos seus meios especializados, quanto mais as disciplinas se aprofundam unicamente em seus próprios projetos, que muitas vezes já nem dialogam com outras áreas da linguística (aliás, às vezes, nem sequer projetos dentro de uma mesma disciplina conseguem dialogar entre si, como se tratassem de realidades completamente estranhas umas às outras, de universos herméticos que jamais se interseccionam), mais criam-se nichos restritos de interlocutores, mais isolam-se os discursos de áreas análogas, que poderiam, todavia, beneficiar-se do intercâmbio teórico, e menos se consegue atuar e fazer-se influente nas questões linguísticas que, querendo ou não, são mais amplas que a academia, fato que, embora absolutamente reconhecido, tem sido negligenciado por pesquisadores da área.

Recorrendo a uma analogia literária: assim como o narrador de *Em busca do tempo perdido* considerava que, por mais que se saiba e se diga a sabedoria popular de que a morte é incerta, isto é, de que pode chegar a qualquer momento, não dá-se conta de que, sim, realmente a morte é uma possibilidade na tarde de hoje, do mesmo modo alguns linguistas, por mais que estejam cientes e alertem para o fato de que questões linguísticas estão emaranhadas em problemas sociais imediatos, parecem desconsiderar, em suas práticas de pesquisa e docência, que, sim, a linguagem é realmente um fenômeno social. Tendo consciência disso, Rajagopalan defende a necessidade de uma linguística mais crítica:

Longe de ser um simples *tertium quid* entre a mente humana de um lado e o mundo externo do outro, a linguagem se constitui em importante palco de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais pelas quais passa a comunidade em diferentes momentos da sua história e onde são travadas constantes lutas. A consciência crítica começa quando se dá conta do fato de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas reivindicações e suas aspirações políticas. Em outras palavras, toma-se consciência de que trabalhar com a linguagem é

necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta.<sup>90</sup>

Convém ressaltar que a crítica que se faz aqui em relação ao hermetismo exacerbado que se tem observado em alguns setores da linguística não se trata de uma apologia ao trabalho superficial, tampouco o clamor por uma linguística crítica significa que não há criticismo na linguística. Na verdade, trata-se de alertar para o fato de que, por mais autêntico que seja o interesse do pesquisador em um projeto qualquer, o linguista não pode perder de vista os desafios linguísticos mais imediatos. Consequentemente, trata-se também de tentar compreender e trazer à tona as principais razões pelas quais a linguística brasileira (sabendo, é claro, que esse cenário não é restrito ao Brasil) tem tido dificuldade em atuar ativamente na resolução desses mesmos desafios.

O caso aqui, enfim, é o de propor, ou melhor, de se inserir em uma reavaliação das condições profissionais sob as quais os linguistas têm realizado o seu trabalho acadêmico. Essa reavaliação, sem dúvida, é muito abrangente e requer desdobramentos que abarquem os mais diversos aspectos desse trabalho, desde as questões mais práticas até os dilemas mais intrincados sobre a construção do saber na academia. Revisar o sistema de avaliação, como se está fazendo neste trabalho, é talvez uma tarefa que se encontra em um ponto intermediário entre esses dois extremos, porque envolve tanto analisar a natureza prática desse sistema, seu modo de funcionamento, sua elaboração e aplicação, quanto refletir sobre a própria ideia e função da publicação acadêmica (o que implica evidentemente principiar pela consideração de pressupostos muito básicos, como questionar se docentes precisam ser necessariamente autores, por exemplo). Além disso, não havia nenhum trabalho, dentro dessa reavaliação, que considerasse especificamente a influência desse sistema no atual panorama da linguística brasileira. Era urgente contrapor aos números excessivos e à ideia neles fundamentada de que a ciência brasileira avança alguns dos problemas que se observam na linguística hoje, colocando em debate uma discrepância sobre a qual surpreendentemente poucos têm se debruçado.

Retira-se dessa contraposição a certeza de que não é através da estimulação excessiva da publicação, tomando-a como o critério preponderante na avaliação dos acadêmicos e seus programas, que se

---

<sup>90</sup> RAJAGOPALAN, K. op. cit. p. 125.

traduzirá o trabalho acadêmico diretamente em progresso. Na verdade, observa-se precisamente o efeito oposto. Tem-se estimulado a manutenção de uma corrente de cientificismo que carrega um entendimento historicamente datado, árido e bastante limitado do que significa fazer ciência, bem como a perpetuação de uma mentalidade isolacionista, de reclusão dos pesquisadores em seus próprios campos e projetos de pesquisa, que pouco circulam entre áreas vizinhas, desperdiçando o potencial de oxigenação e questionamento que um campo pode oferecer ao outro. Hoje, em termos estritamente profissionais, vale mais a pena para o linguista brasileiro dedicar-se à obtenção de uma publicação “internacional”, em uma corrida para se inserir, usualmente em atraso, aos projetos de pesquisa em sua área de países centrais, cujos problemas linguísticos não são necessariamente os mesmos que se enfrentam aqui, do que criar projetos originais, dedicados ao estudo e resolução de problemas mais proximamente localizados, como um projeto de diálogo e colaboração com o professor escolar de língua, por exemplo, que tem sido necessário faz tempo. É evidente que já existem iniciativas como essa, porém, em geral, elas se concentram na área de linguística aplicada, à qual, segundo Rajagopalan “pode estar reservada a tarefa histórica de reanimar a própria disciplina-mãe que [...] se encontra em estado doentio, necessitando de novo ânimo”.<sup>91</sup> Esse novo ânimo, contudo, só pode ser desenvolvido à base de uma conscientização mais ampla. Não basta que se delegue a uma ou outra área a missão de conectar a linguística ao mundo, é preciso que a linguística como um todo se repense, desde suas bases mais fundamentais. O problema é que, para isso, é preciso que se vença uma resistência natural, a qual se esperaria de qualquer área bem estabelecida do conhecimento, conforme nota Rajagopalan:

Creio que uma linguística eticamente compromissada e conseqüente só estará ao nosso alcance se adotarmos uma atitude francamente aberta e ao mesmo tempo crítica em relação aos mais consagrados postulados e princípios que têm norteado os rumos da disciplina desde sua “reinvenção”, isto é, como uma disciplina moderna. Um fato curioso [...] é o de que, como acontece em todos os demais campos institucionalmente fortes e consagrados do saber,

---

<sup>91</sup> Id. Ibid. p. 79 -80.

a linguística também demonstra fortes tendências de resistência a todos os esforços, originários em seus próprios meios, de repensar os seus próprios fundamentos.<sup>92</sup>

O que se deve almejar na busca por uma linguística mais crítica, mais ética e socialmente engajada, por uma linguística mais aberta e conectada ao mundo e a outras áreas do conhecimento, estimulando-as e sendo por elas estimulada em um processo de colaboração e evolução mútuas, é, portanto, a revisão de seus fundamentos e condições de existência. Uma revisão que pode ser iniciada pelas beiradas, pelas disciplinas situadas fora do núcleo duro, como a linguística aplicada já mostrou ser possível, mas é essencial que essa mudança se estenda, se infiltre de fora para dentro, batendo de frente com as resistências das disciplinas mais tradicionais. É preciso que a linguística se renove como um todo, pois, como se viu acima, os tempos têm sido duros para a área, são tempos de recessão e fechamento de portas em países onde a disciplina já se encontrava tradicionalmente estabelecida. Curiosamente, muito do que se tem visto de novo na linguística tem brotado justamente das periferias, de pesquisadores que decidiram seguir por outros lados, desafiando velhos paradigmas, criando novos rumos e expandindo as fronteiras da linguística. É certamente dentro dessa corrente de revisão da área em seu interior e de mudança que este trabalho se insere.

---

<sup>92</sup> Id. Ibid. p. 46.



### CAPÍTULO III

*O poder deve ser analisado  
como algo que circula, ou  
melhor, como algo que só  
funciona em cadeia.*  
(Michel Foucault)

Nos primeiros capítulos deste estudo foram vistos o funcionamento do sistema de avaliação da produção intelectual acadêmica, o modo como se situa na história recente da academia e sua relação, em primeiro lugar, com a própria condição presente do texto acadêmico – sua burocratização, quantificação, seu valor como garantia de produtividade, sua progressiva maximização, etc. – e, em segundo, com o atual panorama da linguística no Brasil. Resta agora tentar compreender esse fenômeno da avaliação de maneira mais abrangente, conjecturar os possíveis propósitos a que serve, enfim, tentar encaixá-lo em uma leitura mais ampla de modos de organização, de controle e de produtividade dos indivíduos nas instituições (educacionais, militares, médicas, fabris, etc.). Essencialmente, este capítulo definirá o sistema de avaliação aqui estudado como um produto do que Michel Foucault caracteriza como sociedade disciplinar.<sup>93</sup>

Naturalmente, portanto, convém principiar esclarecendo o que se entende por disciplina nesse caso. Historicamente, as disciplinas dizem respeito ao aparecimento, nos séculos XVII e XVIII, de uma nova técnica de gerenciamento do corpo humano e suas capacidades, uma técnica de aprimoramento da eficiência dos corpos, através do rigor na execução de seus movimentos, e também de sua servilidade, através da adequação dos comportamentos. No exército, para mencionar um exemplo concreto, cada ação do soldado passa a ser rigorosamente executada de acordo com os novos regulamentos, desde a postura do corpo e a ordem dos movimentos no manuseio das armas até a sincronia das marchas, de maneira a obter o melhor desempenho bélico das tropas como um todo; além disso, entre outras disposições, os acampamentos militares foram cercados (o contato das tropas com as populações locais é naturalmente indesejável), e as barracas, dispostas umas ao lado das outras, na frente e à vista da tenda dos superiores, incentivando assim a

---

<sup>93</sup> Cf. FOUCAULT, M. op. cit.

vigilância mútua, de modo a garantir a ordem geral.<sup>94</sup> Tradição que se pode observar caricaturalmente hoje em dia na fronteira entre as Coreias, onde os soldados do norte são dispostos sempre frente a frente, um colega encarando o outro, frustrando os ímpetos de potenciais desertores de cruzar a linha divisória. Para Foucault, ainda que processos disciplinares já existissem anteriormente, foi nesse período que as disciplinas se tornaram modalidades de dominação. Momento assim descrito por ele neste belo trecho:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder” está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuiu essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo

---

<sup>94</sup> Cf. Id. *Ibid.*

coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.<sup>95</sup>

O poder disciplinar, diferente do poder que se exerce pelo excesso, aplica-se não pelo cerceamento forçado, mas pela própria construção dos indivíduos.<sup>96</sup> Em outras palavras, a

disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.<sup>97</sup>

O seu sucesso, então, encontra-se em técnicas de certo modo sutis, pouco espalhafatosas: a *vigilância hierárquica*, que se estende a todos dentro do sistema disciplinar, tornando cada indivíduo simultaneamente vigilante e vigiado, garantindo a execução totalizante da vigilância, sem lacunas, sem exceções; a *sanção normalizadora*, que quantifica, hierarquiza, normaliza, que devém de uma espécie de mecanismo penal interior às disciplinas que pune os desvios da regra, mas que pune não por castigo puro, mas para aperfeiçoar a adequação do indivíduo à regra (o castigo do soldado, do mau aluno, é o exercício, a correção); e o *exame*, que combina essas duas técnicas.<sup>98</sup> O exame, nas palavras de Foucault, “manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam”.<sup>99</sup>

Essas técnicas, inicialmente confinadas no interior das instituições e aplicadas literalmente aos corpos (regulamentando o modo como o aluno deve se sentar e segurar a caneta em classe, como o operário deve trabalhar, como soldado deve marchar e empunhar a arma), passam a se ramificar e a extrapolar o limite das instituições, estimulando o florescimento de uma sociedade disciplinar, e a regulação dos corpos dos indivíduos torna-se simplesmente a regulação dos indivíduos. Pode-se, então, delimitar a disciplina como um recurso, uma modalidade geral de exercício do poder. De maneira sucinta: os sistemas

---

<sup>95</sup> FOUCAULT, M. op. cit. p. 133-134.

<sup>96</sup> Essa é uma diferença entre o poder disciplinar e o poder soberano, que envolve o rei ou outra figura central de autoridade, conforme nota Foucault em *Vigiar e punir*. É em relação ao primeiro que se utiliza o termo doravante.

<sup>97</sup> Id. Ibid. p. 164.

<sup>98</sup> Cf. FOUCAULT, M. op. cit. 164-185

<sup>99</sup> Id. Ibid. p. 177.

disciplinares ordenam os indivíduos em quem (e por quem) são exercidos através de técnicas pouco espetaculares (vigilância, normalização, exame), porém altamente extensíveis em difusão, alcançando o maior número possível desses indivíduos, de modo a tornar o seu todo de uma só vez mais eficiente e mais controlável.<sup>100</sup>

Eis acima uma apresentação geral da disciplina. É preciso agora observá-la mais de perto, o que pode ser feito retomando-se a técnica do exame mencionada anteriormente, a qual é sem dúvida fundamental no interior dos sistemas disciplinares, além de ser especialmente importante para a análise que se desenvolverá a diante. Como já se mencionou, o exame é onde se encontram o olhar hierárquico e a sanção normalizadora. Sobre ele Foucault aponta três características. A primeira delas é inversão da visibilidade no exercício do poder disciplinar, isto é, o indivíduo atravessado por ele é que passa a ser o objeto visível, ao passo que o seu próprio exercício se torna, por assim dizer, subterrâneo, não se dá à vista. A segunda diz respeito à inserção do indivíduo no campo do documento, quer dizer, a sua identificação como objeto de registro, desenvolvendo-se assim as estatísticas, os padrões, as formas dos grupos e os seus desvios. O exame, portanto, traz à tona e objetiva o indivíduo. Por fim, a sua terceira característica é a de atrelar cada indivíduo à sua própria individualidade, ou seja, fazer de suas singularidades objetivadas (seu “currículo”, notas, ranqueamentos, inadequações) a sua definição.<sup>101</sup>

É de maneira bastante espontânea, quase natural, que se pode perceber nas características do exame a sua ocorrência no sistema de avaliação aqui estudado. Em primeiro lugar, nota-se a inversão da visibilidade: não são as instituições, nem exatamente os programas (ainda que seja através deles que se implique as individualidades), mas os indivíduos que os compõem que são no fim das contas o objeto visível e analisável. Em outros termos, avaliar um programa é em grande medida<sup>102</sup> pôr lado a lado e em evidência os feitos circunstancialmente pertinentes de todos os integrantes de todos os programas, esquadrinhando-os, catalogando-os, formando médias observando padrões, desvios, e estabelecendo julgamentos a partir daí. Evidentemente, essa “igualdade”, a valoração de cada um pela comparação direta com todos os outros, é nada mais do que a garantia da

---

<sup>100</sup> Cf. Id. Ibid. p. 203-209.

<sup>101</sup> Cf. Id. Ibid. p. 177-184.

<sup>102</sup> Isto é, 70% da avaliação, conforme observado no primeiro capítulo.

desigualdade, precisamente porque releva diferenças fundamentais, tornando oficialmente iguais indivíduos em condições diferentes.

Em segundo lugar, essas operações só podem ser levadas a cabo através dos registros. É preciso documentar incessantemente os feitos quantificáveis de cada um, uma vez que se identifica objetivamente o indivíduo através do seu currículo. As publicações, os anais de eventos, as bancas, mesas-redondas, disciplinas ministradas, orientações, tudo se registra. Separa-se o bom do ruim, ou melhor, cria-se bom e ruim, adequado e não adequado, sobretudo através de quantidades registradas, como se viu nos capítulos anteriores. Põe-se a obra de cada um em termos numéricos, e das estatísticas gerais se julga os valores individuais, sendo mais usualmente sinônimo de melhor. Não é a toa que o certificado tenha se tornado em muitos casos o próprio objetivo, o próprio fim do trabalho que se realiza na academia. Coloca-se em segundo plano ou até mesmo abre-se mão de realizações naturalmente gratificantes do trabalho acadêmico (como o engajamento em projetos importantes, o debate, o ensino, etc.), mas que não constituem material aproveitável para publicação, em favor de tarefas mais facilmente certificáveis. Por exemplo, enviam-se textos para serem lidos, e não discutidos, em eventos, como já se mencionou acima, e recebe-se em troca o cobiçado certificado, dispensando-se o debate, o momento mais importante, mas adicionando-se infalivelmente uma nova linha no currículo. Quem nunca ouviu, em tom sarcástico, algum colega se referir aos eventos acadêmicos como fábricas de certificados? E essa cultura tem se transmitido tristemente até para a graduação. Hoje, em muitos casos, já não é possível se formar sem as infames Atividades Complementares, que inserem os graduandos desde muito cedo na corrida por certificados. A título de ilustração, no curso de licenciatura em Letras (português) da UFSC, cobra-se um total de 270 horas certificadas de atividades complementares (a publicação de um resumo, por exemplo, vale dez horas). A propósito, a própria Semana Acadêmica de Letras da UFSC, por mais interessante e qualificada que seja, é um evento nascido justamente da necessidade de se obter certificação para tantas horas.

E em terceiro lugar, testemunha-se essencialmente a associação do indivíduo ao seu percurso profissional descritível, documentado, certificado. Esse processo inclusive parece ter se naturalizado na academia, como se a crença de que o valor de cada um pode ser mesurado por seus feitos certificados representasse uma certeza imanente, e não realmente um fenômeno contemporâneo, associado a

acontecimentos da história recente da academia. Tanto é que se pode facilmente reconhecer entre os próprios acadêmicos uma tendência de apego ao próprio currículo, uma devoção obstinada à tarefa de obter mais certificados para complementá-lo. Até mesmo circula entre os linguistas brasileiros um relato – que, no que tem de mito, tem de sensato – sobre uma colega linguista que decidiu manter o nome de solteira após o casamento, especificamente para não alterar o seu sobrenome de autora e manter intacta a coerência do currículo. Todavia, não são os casos extremos que mantêm as tendências, mas a suscetibilidade geral de um grupo. O fato é que, no fim das contas, os próprios acadêmicos reforçam o sistema de avaliação quantitativo (com todas as suas): aceitam o fato de serem fundamentalmente eles mesmos o objeto em evidência na avaliação, inflam sua produção o quanto podem, instaura-se mesmo um clima semelhante ao de uma competição, pois evidentemente ninguém que puxar para baixo o desempenho do próprio programa, e o mesmo processo se repete a cada triênio (não se deve esquecer que os seminários de área do processo avaliativo, onde muitas decisões são e podem ser tomadas, e onde, portanto, poderiam surgir novas propostas, novas alternativas, enfim, algum tipo de decisão que gerasse mudanças, são realizados pelos próprios integrantes da área). Tendo isso em mente, eis a seguir uma observação pertinente de Foucault sobre o poder disciplinar:

O poder disciplinar [...] se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. [...] Sua iluminação assegura a garra de poder que se exerce sobre eles. É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar.<sup>103</sup>

Há uma encarnação do exame disciplinar na academia hoje. O exame, contudo, é simplesmente um método, um modo de aplicação das disciplinas, e não o resultado delas. Em termo de consequências, é interessante observar o que se obtém *através* do exame. No caso, como já se viu, as disciplinas tendem a gerar dois resultados: eficiência e controle.

---

<sup>103</sup> Id. Ibid. p. 179.

Em relação ao primeiro, não há dúvida de que a linguística o esteja realizando, os números apresentados os capítulos precedentes são claros. É importante, todavia, ressaltar que a ideia de eficiência nesse sistema é bastante limitada, notadamente se refere à maximização da produção intelectual. A propósito, a descrição disciplinar de eficiência – isto é, organização dos corpos para obter o melhor de cada um e, conseqüentemente, do grupo como um todo – assemelha-se muito ao que se encontra em um relatório intitulado *Academic and Industrial Efficiency*, publicado no início do século passado, após o reitor do MIT entrar em contato com o especialista em gestão Frederick Winslow Taylor – um dos principais nomes do *Efficiency Movement*, uma espécie de predecessor do fordismo, também conhecido, por sua causa, simplesmente como *Taylorism*, um movimento que promovia o combate ao “desperdício” (humano e de recursos) em diversas áreas, defendendo a ideia de eficiência – para pedir-lhe conselhos a respeito da realização de um “estudo econômico” da academia.<sup>104</sup> Eis o que se lê no prefácio do relatório realizado por Morris Lyewellin Cooke, autor indicado por Taylor ao reitor do MIT:

O lado humano da administração consiste em retirar dos homens que compõem o mecanismo o mais dedicado serviço e cooperação de que são capazes. Ambas essas ideias [a composição de um mecanismo e o “lado humano” de sua administração] estão presentes em toda forma de instituições militares, comerciais e sociais. Esse tipo de organização é o mais bem sucedido e eficiente, o qual, tendo planejado clara e sabiamente a maquinaria de suas operações, desenvolve também a liderança para tornar a máquina uma organização viva, cada qual dos homens nela presentes contribuindo com o melhor que há em si e cooperando com todos os outros.<sup>105</sup>

A pretensão de retirar o máximo de cada homem sem dúvida foi incorporada eventualmente pela academia. As universidades americanas, nas palavras de Mário Shenberg em 1982, empregam métodos

---

<sup>104</sup> Cf. DONOGHUE, F. op. cit. p. 8.

<sup>105</sup> PRITCHET, H. Preface. In: COOKE, M. L. *Academic and Industrial Efficiency*. Boston: Merrymount Press, 1910, p. IV-V. A tradução é minha.

massacrantes, aplicam exigências terríveis. O próprio MIT “é uma escola de neuróticos”, disse ele, “o ITA, aqui no Brasil, é outra fábrica de neuróticos”.<sup>106</sup> Talvez simplesmente Shenberg já pressentisse que, em alguns anos, os mesmos métodos passariam da exceção à regra na academia.

Já em relação ao segundo resultado das disciplinas, o do controle, da ordem, da docilidade, seria possível considerá-lo também como uma ocorrência real na universidade brasileira hoje? A resposta para essa questão depende essencialmente do que se entende por controle. Se entendido como uma opressão direta para manter uma determinada ordem, uma censura ativa em relação ao que pode ou não ser ensinado, ou simplesmente, neste caso, publicado, como se suporia, digamos, no interior de um regime totalitário, em que os discursos indesejados (e, por vezes, também seus autores) são rigorosamente combatidos, censurados, suprimidos, então naturalmente a resposta seria negativa, pois, a rigor, não há proibição desse gênero. Contudo, não faria sentido, em primeiro lugar, ter lançado mão dos sistemas disciplinares para analisar o trabalho acadêmico, se não houvesse predisposição a responder a essa questão positivamente. Portanto, o ponto de vista desenvolvido adiante é o de que, sim, há uma espécie de controle resultado do sistema de avaliação. Contudo, é preciso esclarecer o que se pretende implicar com essa afirmação.

O controle aqui é entendido não como uma força proibidora, não há censura direta, mas meramente como uma *influência* na produção intelectual acadêmica. Essa é a sutileza das disciplinas. Trata-se de um controle que rege a produção, e não exatamente lhe impõe proibições. Há de se lembrar aqui um dos procedimentos de controle dos discursos apresentados por Foucault em sua clássica aula inaugural no Collège de France, em 1970, um procedimento que tratava de

determinar as condições de seu funcionamento [dos discursos], de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim não permitir que todo mundo tenha acesso a eles”.<sup>107</sup>

É justamente nessa determinação das condições de funcionamento que se pode entrever o controle exercido pelo sistema de avaliação.

---

<sup>106</sup> SHENBERG. M. op. cit. p. 147.

<sup>107</sup> FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 36-37.

Conforme se demonstrou no capítulo anterior, a linguística tem observado seus discursos (ou simplesmente sua participação nos discursos que a atravessam) se mantendo isolados na academia, longe do público, e, mesmo na própria academia, longe de outras áreas. Em larga medida, como também se observou, essa condição possui uma estreita relação com o sistema de avaliação intelectual, o qual estimula um estouro quantitativo nessa produção e, simultaneamente a restringe em espaços específicos, determinando, assim, as condições de seu funcionamento.

Dito de outra maneira, hoje regra-se a produção intelectual na academia através de um sistema que delimita seu ritmo (mandatório e acelerado), seu meio (em geral, burocraticamente considerando, vale mais a pena escrever artigos do que livros, “orelha” de livro do que textos para jornal, artigos “internacionais” do que textos para eventos próximos, etc.) e sua dispersão (contida usualmente em espaços específicos, dialogando, quando muito, essencialmente com outros linguistas), o qual se impõe não pela interdição, mas pela *recompensa*, isto é, põe-se o acadêmico em evidência, criam-se, como visto acima, equivalentes numéricos para os textos produzidos, bem como escalas de pontuação para determinar a “qualidade” da produção total de cada indivíduo e da produção geral do programa em relação ao número de docentes permanentes, e recompensa-se (com notas, verbas, prestígio) os bons resultados atingidos dentro desses parâmetros.

Interessantemente, por mais absurdo que possa parecer esse sistema, ele tem sido aceito e reforçado há algum tempo (ainda que existam exceções): tem-se orientado a produção intelectual de modo a se obter sucesso nesses parâmetros. No entanto, o preço que se paga por esse posicionamento é certamente caro. Viu-se anteriormente que, ao longo dos últimos anos, a linguística brasileira tem produzido mais, porém, em contrapartida, tem dirigido sua produção proporcionalmente menos para fora de seus próprios meios. Somado a isso, conforme vimos, linguistas renomados e respeitados, têm alertado para o insucesso da linguística em se fazer ouvida entre os discursos que se pronunciam sobre a língua e a linguagem, e sobretudo em se engajar na resolução de problemas eminentes nessa seara. Não se deve menosprezar a influência desse sistema no atual estado das coisas, tampouco identificá-lo como a razão única para os problemas contemporâneos da linguística, longe disso. Surpreende, no entanto, como pouco se considera sua existência quando se pretende fazer uma observação crítica sobre a linguística no Brasil hoje. Justamente uma área que vive de analisar fenômenos da

linguagem, o que implica naturalmente, como bem sabem os linguistas, considerar determinantes situacionais do discurso (o como, o onde, os porquês, etc.), pouco questiona as condições de funcionamento que regulam a sua própria produção. Na verdade, parece mesmo haver uma espécie, se não de satisfação, pelo menos de complacência com o seu funcionamento, tendo em vista que se renovam os mesmo métodos de avaliação, e com ele as mesmas regras de funcionamento, a cada triênio. É nesse sentido, então, que se pode falar em controle disciplinar na academia. Um sentido bastante específico, é verdade, mas sem dúvida observável e influente.

Tem-se, portanto, eficiência e controle, os dois resultados fundamentais que se obtém através das disciplinas. Aliado a isso, a avaliação emprega as características fundamentais do exame, que é o instrumento principal do poder disciplinar, onde se combinam, como vimos, o olhar hierárquico e a sanção normalizadora. Sendo assim, parece justo definir o sistema de avaliação como um sistema disciplinar, como fruto de uma sociedade disciplinar. Essa é uma definição que se decidiu adotar aqui com o intuito de se tentar compreender de modo mais abrangente o fenômeno estudado, como algo que não se inicia e nem se encerra na academia, mas que passa por ela, que a precede tanto quanto continua para além dela.

É evidente que se poderia questionar essa definição e abordar o mesmo fenômeno tranquilamente sem recorrer a ela. De qualquer modo, pareceu (e ainda parece) extraordinariamente pertinente observar como um sistema descrito em um livro clássico que, no fim das contas, trata da evolução dos sistemas penais se assemelha em tantos aspectos com o sistema de avaliação da produção intelectual acadêmica (quem costuma imaginar que, entre prisão e universidade, duas instituições especialmente distintas, existam tantos aspectos em comum?). Eis aí uma semelhança em cuja análise se deveria investir ainda mais em estudos futuros.

\*

Agora convém realizar algumas considerações importantes a respeito do que se apresentou ao longo deste capítulo. Viu-se que as disciplinas são uma modalidade de exercício de poder e também como é possível reconhecer um sistema disciplinar na academia, mas é preciso ainda propor um questionamento fundamental: onde se pode chegar com essas constatações? Isto é, elas implicam, digamos, que há propósitos ocultos no controle da produção intelectual acadêmica, que se pode identificar uma fonte de poder disciplinar e que, enfim, não se possui

realmente liberdade no trabalho acadêmico? Bem, a resposta que se pode oferecer aqui é ao mesmo tempo clara e frustrante: não, não implicam.

Em primeiro lugar, esse poder não se exerce de uma fonte, viu-se bem, aliás, que os próprios acadêmicos servem como seus agentes. Seria possível para alguns, de modo ingênuo, apontar para a Capes, mas esta é também um agente, ou um grupo de agentes, tanto quanto o são os acadêmicos. Como bem ressaltou Foucault: o poder só funciona em cadeia.<sup>108</sup> Em segundo lugar, não se poderia falar aqui em propósitos ocultos, porque o único propósito encontrado aqui, se é que se pode considerá-lo como tal, é o da maximização, que não é oculto. É verdade que poderiam ser mencionado os propósitos econômicos que envolvem o controle da produção intelectual, mas a existência destes é também de conhecimento geral, ainda que se ignore seus meandros, e, além do mais, é difícil imaginá-los muito implicados em uma área como a linguística. Portanto, se há de fato propósitos ocultos, eles assim permanecem. E, por último, não se encontrou aqui nenhuma evidência de que os linguistas na universidade não tenham liberdade para publicarem o que desejam como desejam. O que se encontrou foi uma modalidade bastante específica de controle, a qual se exerce através da recompensa a determinados posicionamentos em relação à produção intelectual, e não através da proibição. Pode-se considerar, portanto, uma restrição da margem de liberdade, ou uma tentação que se oferece em detrimento dela, uma tentação de sacrificá-la em troca de recompensa, mas não a sua negação.

Essa talvez seja, no fim das contas, a realização que se teme trazer à consciência: a realização de que a produção intelectual é mesmo suficientemente livre. Porque, nesse caso, é preciso carregar o peso enorme dessa responsabilidade. Por vezes, há uma espécie de conforto em ser ordenado, em proceder conforme regras preestabelecidas. É confortável seguir por um trilho traçado de antemão, fazer, enfim, simplesmente o que a uma ordem superior qualquer determina, pois assim, agarrando-se ao fato de que fez apenas o que dele se esperava, o indivíduo pode sempre se consolar na negação e abster-se do peso de responder, a si mesmo e aos outros, por suas próprias ações. Entretanto, quando se tem autonomia, é preciso assumir a responsabilidade pelo

---

<sup>108</sup> FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006, p. 183.

próprio trabalho. A possibilidade infinita de produção intelectual sem dúvida assusta, pois diante dela, é preciso refletir sobre as motivações e as possíveis consequências do que se está fazendo. Mas isso já é assunto para o próximo capítulo.

## CAPÍTULO IV

*Sua culpa provinha de sua  
obediência, e a obediência é  
louvada como virtude.*  
(Hannah Arendt)

Este quarto e último capítulo não é último apenas por estar localizado após todos os outros, mas também, e principalmente, por ter sido, de fato, escrito por último. Diferente dos outros três, que seguramente poderiam ter sido escritos em qualquer ordem e, com alguns poucos ajustes textuais no modo como se referem entre si, também dispostos em qualquer sequência, este não poderia ter sido realizado em outro momento que não fosse o final.

No entanto, embora isso possa parecer um pouco estranho a princípio, o assunto de que trata – por ora, é suficiente identifica-lo apenas como a responsabilidade individual na academia – precedeu todos os outros. Não propriamente na condição de assunto como se encontra adiante, isto é, delimitado, formalizado, mas simplesmente como um interesse ou, para utilizar um termo que não deixa dúvida quanto à subjetividade aí implícita, uma inquietação. Havia, portanto, antes de tudo, uma vontade, uma vontade de dizer, de conjurar essa inquietação. Todavia, não se deve dizer o que quer que seja na universidade sem partir de algum lugar, sem se localizar, ainda que provisória e precariamente. Os capítulos iniciais, que, no fim das contas, constituem o “tema” deste estudo, são um recorte, uma maneira de reduzir um problema amplo e repleto de desdobramentos a um tamanho mais administrável, mais proporcionalmente adequado às limitações temporais de uma dissertação para se obter o título de mestre, pois é certo que o estado complexo da produção intelectual acadêmica contemporânea e o momento peculiar que a linguística tem vivido nas últimas décadas vão muito além do que se pode depreender da relação entre ambos, notadamente, nesse caso, da relação entre a situação da linguística no Brasil e o condicionamento da produção intelectual no mesmo país, como se pode entrever em várias ocasiões ao longo das tantas páginas acima, nas quais se tocou muito ligeiramente em diversos pontos que merecem ser e, oxalá, serão mais desenvolvidos no futuro, principalmente porque parece claro que, cedo ou tarde, muitos deles se tornarão mais eminentes, mais difíceis de ignorar (alguns deles, de tão

interessantes e férteis que são, podem muito bem ser desenvolvidos independentemente. É incomensurável o quanto mais se poderia refletir, por exemplo, sobre a quantificação do texto acadêmico e suas consequências, sobre as relações entre academia e disciplina e entre docência e autoria, sobre o gerenciamento do labor na universidade, enfim, sobre tantos assuntos fascinantes, porém extremamente fecundos para serem abordados em sua plenitude no espaço deste único trabalho. De qualquer maneira, esse recorte é absolutamente proveitoso, tanto como um exercício de reflexão na academia sobre a própria academia e, é claro, na linguística, sobre a própria condição da linguística como disciplina acadêmica (um exercício fundamental de desconfiança para qualquer trabalho sério, pois é imprescindível desconfiar “de onde” e sob quais condições se fala), quanto como uma maneira de delimitar um objeto de análise tangível, sem o qual não seria possível alcançar aquela inquietação inicial. De algum modo, portanto, tudo que se viu até aqui, para além das conclusões implicadas e da abertura de portas para novos desdobramentos, foi um percurso para cobrir de sentido e, mais do que isso, para tornar dizível o que precedeu todo o resto. Em outras palavras, tudo que se disse foi para tornar possível chegar até aqui e desenvolver adiante o que estava no princípio.

Antes de prosseguir, porém, eis uma breve recapitulação. Viu-se acima que a linguística passa por um momento curioso, paradoxal, no Brasil. Por um lado, vive um crescimento extremamente deslumbrante ao longo dos últimos dez, quinze anos na universidade brasileira, uma espécie de “boom demográfico”: o número de linguistas e futuros linguistas cresceu exponencialmente neste período, assim como também cresceu consideravelmente o número de programas de pós-graduação na área – afinal, em condições normais, só é possível absorver novos indivíduos criando-se novas vagas – e, naturalmente, a produção intelectual da área também explodiu quantitativamente, tornando a linguística mais produtiva do que nunca. Tudo perfeitamente compreensível. Por outro lado, no entanto, ocorre simultaneamente uma espécie de isolamento crescente da área, um distanciamento – com exceções, claro – em relação a outras áreas e ao público geral, diálogos (quando existem) que se mantêm entre colegas, entre os próprios linguistas, e uma espécie de impotência (quando não desinteresse) na resolução de questões linguísticas mais urgentes. Em linhas gerais, essa situação reflete algumas transformações da história recente da academia, como a burocratização excessiva do gerenciamento do trabalho acadêmico e, conseqüentemente, da própria execução desse trabalho, a qual favorece a formação de uma cultura quantitativa no ambiente

universitário cujo efeito mais notável é a objetivação de fenômenos inevitavelmente subjetivos. Naturalmente, algo sempre se perde nesse processo; aliás, o essencial sempre se perde. Em outras palavras, é impossível quantificar o trabalho de uma mente, pois não há equivalente numérico para fenômenos mentais (não se pode “somar” a qualidade de uma reflexão qualquer, ou, tomando de empréstimo algumas palavras de Roland Barthes, entendê-la como um “trabalho funcional análogo à confecção das salsichas, ao moer do grão ou à trituração dos minérios”).<sup>109</sup> Não obstante, é precisamente esse tipo de processo que tem sido reforçado na academia. Quantifica-se a produção intelectual e fabrica-se, a partir daí, a “qualidade” de cada trabalho, de cada indivíduo, de cada programa. Consequentemente, muitos acadêmicos têm determinado suas próprias produções intelectuais de modo a obter sucesso nos critérios quantitativos, tornando-se espantosamente produtivos nesse aspecto, em detrimento muitas vezes das motivações mais nobres que porventura surgem nesse ofício. Estranhamente, porém, como acabamos de ver no capítulo anterior, essa postura é adotada mais por conformação, por aceitação do sistema quantitativo (que gera até uma espécie muito curiosa de satisfação) do que propriamente por sua imposição, por não haver alternativas. Mas, se não se trata de um sistema incontornável, por que, então, é aceito com tamanha submissão – e aqui aceitar implica obrigatoriamente reforçar e apoiar – por aqueles a que ele se sujeitam? Por que testemunha-se um engajamento massivo em uma prática de produção intelectual frenética, desgastante, que prioriza quantidade em lugar de qualidade (ou simplesmente confunde uma coisa com a outra, faz a primeira passar pela segunda), se não se é incontornavelmente obrigado a isso? Trata-se, no limite, de um posicionamento pessoal. Sendo assim, as responsabilidades individuais são intransferíveis, cabe a cada um assumir o peso da sua própria.

Há aqueles que podem encontrar conforto no argumento de que realizam seus trabalhos de acordo com as “determinações”. Alguns poderiam dizer “só estou fazendo meu trabalho, cumprindo minha função”, “faço simplesmente o que se espera de mim”. Mas esse é um argumento descartável, pois implica que qualquer um na mesma posição faria exatamente o mesmo, transferindo assim a responsabilidade individual ao próprio cargo, ou seja, a pessoa alguma, ignorando que é preciso, em primeiro lugar, a decisão de assumi-lo e, ainda mais

---

<sup>109</sup> BARTHES, R. op. cit. p. 93. Barthes se referia ao modo como se fala sobre o pensamento de Einstein.

relevante do que isso, que não se está preso a ele e que tampouco, nesse caso, as expectativas possuem poder de obrigação (existem, inclusive, como todos sabem, inúmeros docentes que decidem não adequar suas produções em função dos parâmetros de exigência, assumindo as implicações dessa decisão, ou que preferem simplesmente abandonar a pós-graduação a ter de reforçar parâmetros dos quais discordam). Hannah Arendt, a partir do contexto mais exemplar de todos, aquele dos sistemas totalitários, em que ações das mais hediondas tornam-se legais - e a oposição a elas, perigosamente ilegal -, desqualificou esse argumento, o argumento do “dente da engrenagem”, em um interessantíssimo texto de 1964, intitulado “Reponsabilidade pessoal sob a ditadura”, no qual se encontra a seguinte passagem sobre o julgamento de Adolf Eichmann:

Quando fui a Jerusalém para assistir o julgamento de Eichmann, senti que a grande vantagem do procedimento do tribunal era que toda essa história do dente da engrenagem não faz sentido no seu cenário, forçando-nos assim a olhar para todas essas questões [de responsabilidade] de um ponto de vista diferente. [...] Os juízes fizeram o que era correto e apropriado, desconsideraram toda essa noção, o que, incidentalmente, também fiz, apesar das acusações e elogios em contrário. Pois como os juízes se deram ao trabalho de apontar explicitamente, na sala de um tribunal não está em julgamento um sistema, uma história ou tendência histórica, um ismo, o anti-semitismo, por exemplo, mas uma pessoa, e se o réu é por acaso um funcionário, ele é acusado precisamente porque até um funcionário ainda é um ser humano, e é nessa qualidade que ele é julgado. [...] Em todo sistema burocrático, a transferência de reponsabilidades é uma questão de rotina diária, e se desejamos definir a burocracia em termos de ciência política, isto é, como uma forma de governo – o mando dos cargos, em oposição ao mando de homens, de um único homem, de poucos ou de muitos -, a burocracia é infelizmente o mando de ninguém e, por essa mesma razão, talvez a forma menos humana e mais cruel de governo. Mas, na sala do tribunal, essas definições não tem serventia. Pois para a resposta: “Não fui

eu quem cometeu o crime, mas o sistema no qual eu era um dente na engrenagem”, o tribunal imediatamente propõe a seguinte pergunta: “E por que você se tornou um dente na engrenagem ou continuou a sê-lo nessas circunstâncias?” [...] O julgamento de Eichmann, como todos os julgamentos desse tipo, teria sido desprovido de todo interesse se não tivesse transformado o dente da engrenagem ou o “referente” da Seção IV B4 do Departamento Central de Segurança do Reich num homem.<sup>110</sup>

Se até nesse caso se pode julgar em termos de responsabilidade individual, o que implica pôr o indivíduo antes do sistema, então é urgente refletir sobre o posicionamento em relação à prática de produção intelectual que tem se consolidado na academia.

### Uma questão de escolha

Com muita frequência, o professor universitário afirma que é um ser totalmente livre, que determina seu próprio projeto de pesquisa sem interferências de qualquer tipo, e em consequência, tece louvores à “liberdade de cátedra”, enquanto se ajoelha todos os dias em sua atividade prática no altar da servidão voluntária.<sup>111</sup>

Eis acima um retrato particularmente interessante do professor universitário, encontrado no texto de Ouriques mencionado anteriormente. A essa altura, com base em alguns desenvolvimentos realizados até aqui, é possível elaborar algumas reflexões sobre ele. Em primeiro lugar, em relação à liberdade, é preciso lembrar que se trata de uma situação muito singular. Afirmou-se aqui em outro momento que um acadêmico não precisa produzir um certo tipo de texto como *precisa* produzir outros. Seria razoável, então, naquele momento, compreender

---

<sup>110</sup> ARENDT, H. Responsabilidade pessoal sob a ditadura. In:\_\_\_\_\_. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 92–94. A passagem original é um pouco mais longa e deslumbrante. Infelizmente, para que a citação não se estendesse em demasia, decidi suprimir alguns trechos.

<sup>111</sup> OURIQUES, N. op. cit. p. 91-92.

esse segundo “precisar” como uma obrigação, um imperativo absolutamente inevitável do ofício acadêmico. Entretanto, como seria possível concluir mais à frente, tratava-se mais de um “precisar para”, isto é, para (se obter) isto, para (atingir) aquilo, para (ser considerado) tal coisa, para (alcançar) aquela outra, do que “precisar por”: por tal razão, por tal obrigação. Assim, nesse caso, a mentalidade não é “preciso proceder desta maneira *por* isso e *por* isso...”, mas “preciso proceder desta maneira *para* obter/atingir/alcançar”. Trata-se, então, no fim das contas, de uma questão de escolha. Exatamente como vimos no encerramento do capítulo anterior, este é um sistema de recompensa, não de proibição: escolhe-se (não se é forçado) a engajar-se nesse modo de produção em troca de nota, de “reconhecimento”, de verba, etc. Entende-se, em virtude disso, o porquê desse retrato do professor universitário como um sujeito em estado de servidão voluntária. Aliás, essa é uma definição extremamente feliz, pois servidão, por si só, deixa escapar uma característica muito importante no caso do professor universitário: o servo, na maioria das vezes, simplesmente serve, não *escolhe* servir, mas quando a servidão é voluntária, isto é, quando se escolhe servir, por qualquer que seja a razão, nobre ou vulgar, não se está apenas servindo, mas concordando. Essa é uma observação baseada na distinção de Hannah Arendt entre obedecer e apoiar, uma distinção que pode sem dúvida remontar ao *Discurso sobre a servidão voluntária*, de La Boétie, publicado no século XVI, no qual o autor defende, em suma, que são os próprios servos – por força do hábito, por covardia e em troca de “recompensas”– os responsáveis pela manutenção do soberano e sua tirania (ele cita como ilustração a conquista de Sárdis, capital da Lídia, por Ciro, que conteve serenamente a revolta da população local inaugurando bordeis, tavernas e jogos públicos no local, lançando simultaneamente um decreto que ordenava os lídios a se entregarem a essas atrações). Nas palavras de La Boétie, são

os povos que se deixam oprimir, que tudo fazem para serem esmagados, pois deixariam de ser no dia em que deixassem de servir. É o povo que se escraviza, que se decapita, que, podendo escolher entre ser livre e ser escravo, se decide pela falta de liberdade, e prefere o jugo, é ele que aceita o seu mal, que o procura por todos os meios.<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup> LA BOÉTIE, E. *Discurso sobre a servidão voluntária*. p. 6. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/boetie.pdf>

Essa distinção entre obediência e apoio é fundamental e será retomada adiante. Antes disso, no entanto, vale a pena investir um pouco mais nesse retrato do acadêmico produtivo. Seguem mais algumas palavras de Ouriques:

É até comovente observar como alguns colegas se entregam com grande paixão à tarefa de publicar, e como verdadeiramente desafiam a imaginação na arte de copiar, no esforço por citar exaustivamente os cânones de moda na academia, em seguir despudoradamente um programa de pesquisa de que mal sabem a origem e nem imaginam o fim para o qual foi originariamente concebido numa universidade do país central. Este professor, orgulhoso de exibir seu Currículo Lattes que lhe permite, por meio de editais, conseguir alguns recursos para seguir “pesquisando”, é tudo, menos um sujeito preguiçoso.<sup>113</sup>

Bem, esta é sem dúvida uma comoção que se pode partilhar, e seria difícil descrever de modo mais perfeitamente caricatural este acadêmico extremamente obcecado em publicar um trabalho atrás do outro, orgulhoso do próprio currículo, mestre na arte da repetição prolixa. Já em relação ao fato de não ser um sujeito preguiçoso, e como se está falando aqui de responsabilidade individual, convém desenvolver um pouco mais essa afirmação, e propor-lhe algumas objeções. É bem verdade que não se faz a produção intelectual crescer vertiginosamente sem que haja mão de obra possibilitando esse acontecimento, são necessários indivíduos trabalhando fervorosamente nessa tarefa, e nesse sentido, de fato, os indivíduos implicados estão longe de ser preguiçosos, alguns inclusive funcionam com a eficiência digna de uma máquina no que diz respeito à publicação (aliás, já foi apontado anteriormente como o vocabulário do gerenciamento universitário se assemelha ao das fábricas). Mas talvez seja possível propor aqui um outro tipo de preguiça, uma que se distinga dessa que se abate sobre o homem em face do trabalho maquinal, do movimento, do despertador.

---

<sup>113</sup> Id. Ibid. p. 93.

Uma espécie de preguiça fundamental, que se confunde facilmente com conforto, se disfarça de autossuficiência e se sustenta no medo: a preguiça de pensar. Em relação a essa, talvez a afirmação de Ouriques não se mantenha, talvez esse acadêmico produtivo de quem fala ele seja mesmo um sujeito preguiçoso. E pensar aqui não significa simplesmente raciocinar, pois isso em geral faz-se bastante na universidade, mas cogitar, pensar profundamente, suspender certezas, inverter paradigmas, questionar, duvidar. Para raciocinar não se necessita muito mais do que uma mente em funcionamento, e a posse de uma é naturalmente um pressuposto do trabalho na academia; aliás, o professor universitário comum costuma até ser um sujeito relativamente aguçado na capacidade de raciocinar, longe de ser um indivíduo acéfalo. Contudo, para cogitar é preciso mais, é preciso disposição para pôr tudo em dúvida, ou pelo menos começar por aí, como fez Descartes. E isso implica desconfiar do objeto de estudo, da disciplina a que se está vinculado, da universidade, enfim, da origem da própria fala que se pretende realizar. Jacques Derrida, em uma conferência na Universidade de Stanford, tocou no mesmo ponto de modo bastante claro, disse ele que a universidade deveria ser o

lugar em que nada está livre do questionamento, nem mesmo a figura atual e determinada da democracia; nem mesmo a ideia tradicional de crítica, como crítica teórica nem mesmo ainda a autoridade da forma ‘questão’, do pensamento como “questionamento”.<sup>114</sup>

É natural evidentemente que se experimente uma espécie de resistência, de ansiedade, de hesitação, ao se contestar a autoridade de uma disciplina, de um ou de vários autores, de uma instituição, de um discurso institucionalizado, pois enfrenta-se a possibilidade de eventualmente desestabilizar as certezas por eles garantidas, e assim de ter de abrir mão da segurança de um percurso em que as variáveis já estão sempre dadas de antemão, garantindo, em troca, apenas a incerteza de arriscar-se em terrenos pouco explorados. Em virtude disso, é preciso também um pouco de coragem – uma coragem que se poderia chamar, em outros contextos, de consciência ética, ou simplesmente de

---

<sup>114</sup> DERRIDA, J. A Universidade sem condição. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 18.

responsabilidade – para enfrentar essa resistência natural, essa espécie de medo que até Derrida, o sinônimo da desconstrução, da inversão, questionador da autoridade de diferentes discursos, confessou experimentar, às vezes, diante da tarefa de escrever o que pensava.<sup>115</sup> E até mesmo aqui, neste trabalho que não descontrói nada, que não “produz” nada, que quase não inverte nada e que muito provavelmente não vai ser tocado nem mesmo por uma meia dúzia de leitores, se tanto, antes de virar uma peça de arquivo, de assumir a condição de registro, de número, estatística, e cumprir silenciosamente o seu destino, que não é outro senão o esquecimento, mas que, não obstante, questiona a autoridade de uma instituição, até aqui, onde não há muito a perder, seria mentira alegar que esse medo não se faz sentir em cada palavra. Mas trata-se de um medo injustificado. E é o próprio Derrida quem traz o alívio e a lucidez. Em uma conferência em que curiosamente também falava sobre responsabilidade na universidade, o filósofo franco-magrebino relembra um episódio vivido por ninguém menos que Immanuel Kant, que recebeu uma carta do Rei da Prússia no século XVIII. Nela, o rei Frederico Guilherme demandava justificativas de Kant, que na visão do soberano, havia agido irresponsavelmente e contra as intenções do rei no exercício de sua função de mestre dos jovens. Era preciso justificar-se e não mais reincidir no mesmo erro, avisava o rei, sob pena de se encarar consequências desagradáveis. Derrida comenta assim o episódio:

O rei da Prússia chamara-o [Kant] recentemente à ordem. Uma carta de Frederico Guilherme o admoestara por haver utilizado mal sua filosofia, deformando e rebaixando certos dogmas em *Da religião nos limites da simples razão*. Talvez haja entre nós aqueles que sonhem, em 1980, por diversas razões, receber uma carta como esta, a carta de um príncipe ou de um soberano que permitisse pelo menos situar a lei em um corpo e assinar à censura um mecanismo simples, num lugar determinado, único, pontual, monárquico. Àqueles que sonham com uma localização tão tranquilizadora, darei então a satisfação de citar uma frase hoje inimaginável sob a pena de Carter,

---

<sup>115</sup> DERRIDA. Direção: Kirby Dick e Amy Ziering. Estados Unidos: Jane Doe Films, 2002, 84 min. (O trecho em questão está no conteúdo extra do DVD).

de Brenjev, de Giscard ou de Pinochet, apenas talvez sob a de um aiatolá.<sup>116</sup>

Eis ela:

Deveis reconhecer quão irresponsavelmente (*wie unvĕrantwortlich*) agis assim contra vosso dever enquanto mestre da juventude (*als Lehrer der Jugend*) e contra nossas intenções soberanas (*landesväterliche Absichten*), que Vos são bem conhecidas. Exigimos de Vós a mais escrupulosa justificação [literalmente, que assumais vossa responsabilidade, *Verantwortung*] e esperamos de Vós, para Vos evitar nossa desgraça suprema, que, no futuro, não volteis a cair em semelhante falta; mas, muito antes, que em conformidade com vosso dever, façais uso de vosso prestígio e de vosso talento para realizar cada vez melhor nossa intenção soberana; em caso contrário, e se persistirdes em vossa indocilidade, tereis infalivelmente de contar com medidas desagradáveis.<sup>117</sup>

Com o perdão de Kant, a quem essa carta deve ter causado não pouco desconforto, é impossível não experimentar um certo regozijo hoje, na universidade, ao ler estas firmes palavras do sincero e explicativo rei Frederico. Isso porque elas trazem alívio: o risco que se corre atualmente, aqui e na academia em geral, de se questionar dogmas do conhecimento e das instituições são infinitamente mais brandos. Pode algum transgressor intelectual desafortunado perder uma bolsa, ter as verbas para um eventual projeto de pesquisa refutadas e até, em casos gravíssimos, que são raros, perder o emprego, mas jamais perder literalmente a cabeça, como podia, e disso estava bastante ciente, o corajoso Kant. Hoje a figura da autoridade é mais difusa, e por isso Derrida sugere que muitos desejariam receber uma carta do rei em 1980, pois assim todo poder estaria concentrado em uma só figura. Hoje existe a possibilidade de se receber uma carta de algum superior hierárquico: o

---

<sup>116</sup> DERRIDA, J. *Mochhlos* ou o Conflito das Faculdades. In: \_\_\_\_\_. *O olho da Universidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999, p. 87.

<sup>117</sup> *Ibid.* p. 88.

coordenador do departamento, o reitor da universidade, o tesoureiro, talvez algum representante da Capes, mas é pouco provável. E menos provável ainda é que alguma dessas autoridades se dê ao trabalho de estabelecer contato com o intuito de expor qualquer objeção teórica, prática, ideológica, à produção intelectual do sujeito interpelado; no máximo, esboçaria alguma cobrança em termos quantificados em relação a ela, mas seguramente sem prometer as medidas desagradáveis do rei da Prússia em caso de não cumprimento. É certo, como vimos, que estão em funcionamento métodos que, de maneira oblíqua, influenciam a produção intelectual acadêmica, mas ao mesmo tempo, como também observamos, não é preciso sacrificar muito, especialmente se comparado com uma situação como a de Kant, para superá-los, para não se render a eles.

O fato é que hoje vive-se em tempos bastante adequados para se exercer, na academia, aquela cogitação, o pensamento profundo mencionado há pouco. E talvez essa possibilidade esteja destinada a se restringir em extensão nas próximas décadas, conforme o prognóstico de Donoghue, comentado no segundo capítulo, com a ascensão desenfreada do modelo corporativo de universidade, com a expansão dessa nova forma de instituição altamente voltada ao preenchimento do mercado de trabalho, focada em cursos de pouco tempo de duração e na formação estritamente técnica, prática, em detrimento da pesquisa, e com a conseqüente diminuição de instituições universitárias voltadas ao modelo clássico de educação superior. O próprio Donoghue alerta que muitas instituições tradicionais dos Estados Unidos já vêm adotando, aos poucos, um ou outro aspecto desse modelo em expansão.<sup>118</sup> E o Brasil, que tende a repetir aqui os modelos de educação superior americanos, provavelmente não tardará a seguir pelo mesmo caminho, aliás, talvez seja possível argumentar que já esteja seguindo neste preciso momento. Ocorre, no entanto, que está favorável situação que ainda permanece atualmente, pelo menos nas instituições públicas, tem sido amplamente desperdiçada, conforme vimos anteriormente. Inclusive, por mais estranho que pareça, o próprio culto à liberdade acadêmica tem causado um efeito inverso, um resultado absolutamente oposto ao que se esperaria obter, como demonstra Donoghue através de um exemplo americano. Nos Estados Unidos, e isto é de conhecimento geral, valoriza-se e defende-se muito a *tenure*, aquela condição obtida pelo professor universitário através do mérito, após alguns anos de

---

<sup>118</sup> Cf. DONOGHUE, F. op. cit.

trabalho e de alguns trabalhos publicados, sobretudo livros, a partir da qual esse profissional não pode mais ser demitido sem razão séria, o que, na teoria, lhe garantiria a liberdade de dizer o que bem entendesse sem correr o risco de perder o emprego. A razão principal para a defesa desse privilégio, argumentam os acadêmicos, é justamente a garantia da liberdade de dizer o que se pensa. Entretanto, é precisamente o efeito contrário que se tem testemunhado na prática. Em busca do mérito e da segurança profissional e financeira garantida pela *tenure*, os professores universitários têm evitado a publicação de ideias não convencionais, ou seja, para garantir o direito de se expressar opiniões pouco populares, faz-se exatamente o oposto disso.<sup>119</sup> Donoghue demonstra até mesmo como os próprios casos utilizados como exemplos pelas associações de profissionais do ensino superior americano para provar a necessidade desse privilégio estão longe de serem casos de proteção à liberdade de cátedra. Na verdade, não se encontram indivíduos que tenham sido demitidos por expressar alguma opinião própria, por razão de desafiar convenções, de contestar paradigmas tradicionais de suas áreas, mas por razões que nada tem a ver com suas disciplinas: por alguma decisão tomada no exercício de uma função administrativa, por uma denúncia contra seus superiores, enfim, por razões mais burocráticas do que teóricas.<sup>120</sup> Se até mesmo no país onde mais se publicam artigos acadêmicos, os defensores da liberdade acadêmica não conseguem encontrar um único caso ilustrativo em que a produção intelectual de algum colega não protegido por ela tenha causado controvérsia a ponto de lhe fazer temer pelo próprio emprego, então, como assinala Donoghue, as “controvérsias acadêmicas típicas são inconsequentes” e “a liberdade acadêmica já não carrega o soco retórico a que se destinava”.<sup>121</sup>

A lição que se pode retirar dessa ponderação feita pelo autor americano não é pequena: é a lição de que, mesmo em tempos livres da tirania e da censura do rei, é difícil encontrar exemplos de colegas que realmente levam aos limites a liberdade possível na academia de hoje. Há diversas razões para isso, algumas das quais foram abordadas neste estudo. A maioria delas é válida para a academia como um todo, e especialmente talvez para as ciências humanas e sociais. Mas há uma delas que precede todas as outras, que não diz respeito especificamente à

---

<sup>119</sup> HUER, J. *Tenure for Socrates: A study in the betrayal of the american professor*. New York: Basic Books, 1991. Apud DONOGHUE, F. op cit. p. 78.

<sup>120</sup> DONOGHUE, F. op. cit. p. 72-82.

<sup>121</sup> Id. Ibid. p. 73. A tradução é minha.

linguística e a nenhuma outra área do conhecimento, mas aos indivíduos que as fazem funcionar e à própria ideia de trabalho acadêmico, isto é, de professor e, por vezes, de autor, que é a responsabilidade individual em relação ao próprio trabalho, à própria obra.

### **Bartleby, obediência e responsabilidade**

A essa altura, talvez seja desnecessário mencionar o que qualquer leitor atento já deve ter concluído sozinho: que a situação vivida pela linguística no Brasil hoje é, em grande medida, um resultado da postura dos próprios linguistas. Para encerrar essa discussão, ou, quem sabe, para iniciá-la, fazê-la continuar para além daqui, falta ainda retomar a distinção mencionada acima, entre obediência e consentimento, proposta por Hannah Arendt:

A obediência é uma virtude política de primeira ordem, sem a qual nenhum corpo político poderia sobreviver. A liberdade irrestrita de consciência não existe em parte alguma, pois significaria a ruína de toda comunidade organizada. Tudo isso soa tão plausível que é preciso algum esforço para detectar a falácia. A sua plausibilidade baseia-se na verdade de que “todos os governos”, nas palavras de Madison, mesmo os mais autocráticos, mesmo as tiranias, “baseiam-se em *consentimento*”, e a falácia reside em igualar o consentimento à obediência. Um adulto consente onde uma criança obedece; se dizemos que um adulto obedece, ele de fato *apoi*a a organização, a autoridade ou a lei que reivindica “obediência”.<sup>122</sup>

Assim conclui ela mais à frente:

[...] a pergunta endereçada àqueles que participaram e obedeceram a ordens nunca deveria ser: “Por que vocês obedeceram”, mas: “Por que vocês *apoiaram*?”. Essa troca de palavras não é

---

<sup>122</sup> ARENDT, H. op cit. p. 109.

uma irrelevância semântica para aqueles que conhecem a estranha e poderosa influência que simples “palavras” têm sobre a mente dos homens, que são, em primeiro lugar, animais falantes. Muito seria ganho se pudéssemos eliminar essa perniciosa palavra, “obediência”, de nosso vocabulário do pensamento moral e político. Se refletíssemos exaustivamente sobre essas questões, poderíamos recuperar um pouco de autoconfiança e até de orgulho, isto é, recuperar o que os antigos chamavam de dignidade ou da honra do homem: não talvez da humanidade, mas do status de ser humano.<sup>123</sup>

Essa importante reflexão, como bem sabem aqueles que possuem alguma familiaridade com a obra da autora alemã, refere-se a contextos políticos, ou, como ela mesmo definiu a própria obra, trata-se de um trabalho de teoria política. Tendo sido feita essa ressalva importante, a liberdade e a ousadia gostariam de deslocar momentaneamente essas palavras para o contexto acadêmico. Viu-se que os linguistas têm estado envolvidos em um sistema muito problemático, frenético, que tende a isolar a produção intelectual e afastá-la das grandes questões linguísticas em eminência, quer dizer, da resolução real dessas questões, o que envolve certamente a necessidade de dirigir certos discursos para fora da academia, isso só para citar algumas das suas consequências preocupantes, entre as tantas que se pôde mencionar e analisar acima. Entretanto, viu-se também que basta muito pouco em termos de sacrifício para opor-se a esse sistema. Muito pouco mesmo: basta apenas a disposição para abrir-se mão do reconhecimento meritocrático institucionalizado que se baseia não propriamente no fruto do trabalho intelectual de cada um, quer dizer, no valor desse trabalho como exercício de cogitação, como conhecimento, afinal de contas, conforme destacado acima, isso não pode ser mesurado objetivamente, mas no valor quantificável desse trabalho, a saber: muito equivale a bom; pouco equivale a ruim (e com essa mentalidade são atribuídos os méritos individuais). Além disso, esse “abrir mão”, por mais que requeira alguma coragem para se abandonar o conforto desse sistema em que todo trabalho tem uma equivalência numérica – e nessa equivalência se encerra seu “valor”, encerrando também qualquer

---

<sup>123</sup> Id. *ibid.* p. 111.

ambiguidade, especialmente qualquer subjetividade que não caiba nessa equivalência – não se requer uma afronta à autoridade do rei da Prússia, porque simplesmente não há mais rei da Prússia. São autoridades mais modestas as que se necessita afrontar, o poder é mais difuso, e o próprio acadêmico é um dos seus “centros de transmissão”.<sup>124</sup> Não obstante, a obediência e, com ela, o apoio às disposições desse sistema tem sido o posicionamento não de exceção, mas de regra entre os linguistas. A propósito, observou-se com muita clareza anteriormente como os acadêmicos, de fato, reforçam a sua manutenção. Inevitavelmente, então, caberia propor-lhes aqui a pergunta formulada por Hannah Arendt: “por que vocês apoiam?”. E não porque dela se espere uma resposta, pois a existência de uma pressuporia a existência também de uma cogitação anterior, a qual seguramente nunca houve, mas porque dela se espera a *construção* de uma resposta, cujo resultado, talvez, seja uma epifania de arregalar os olhos.

Alguma alma interessada poderia objetar argumentando que a razão pela qual apoia é o risco de ser desligada, de ter de abandonar suas funções, mas a ela seria possível perguntar: “você já não se desligou, não abandonou suas funções como acadêmico, sem perceber, há muito tempo?”. Além do mais, esse risco, no que concerne a universidade pública brasileira, é momentaneamente muito insignificante, embora o futuro seja sempre incerto. Por isso é aconselhável aproveitar os ventos favoráveis e seguir o exemplo de alguns colegas que escolheram não obedecer e, portanto, não apoiar, que preferiram, em troca da insanidade quantitativa, de publicação frenética, dos prazos, das notas, a dignidade de serem responsáveis – quer dizer, *verdadeiramente* responsáveis – pelo próprio trabalho intelectual.

Mas, em meio à burocratização do trabalho acadêmico, quando já não se sabe bem os porquês da própria obra, o melhor exemplo quem nos dá é o lacônico Bartleby, o misterioso personagem escrivão de Melville. Trabalhando como copista em um escritório de advocacia, Bartleby começa repentinamente a não aceitar algumas tarefas que lhe são delegadas, pelo fato de que “preferia não fazê-las”, frase que acabaria immortalizando (*I would prefer not to*). As renúncias do copista vão causando tensão no escritório: Bartleby havia sido contratado justamente para ajudar com a demanda excessiva de trabalho no local, que agora, em razão de suas renúncias, voltava a recair sobre as costas de seus colegas copistas, Nippers e Turkey, embora o mais afetado fosse

---

<sup>124</sup> A expressão é utilizada originalmente por FOUCAULT (2006), p. 183.

definitivamente seu chefe, o advogado que não conseguia compreender o comportamento atípico de seu funcionário, embora absolutamente intrigado por ele, a ponto da obsessão. A situação se prolonga até o dia em que Bartleby prefere abdicar permanentemente da tarefa de escrever, conforme descobre, perplexo, seu chefe e narrador:

No dia seguinte, percebi que Bartleby não fizera nada além de ficar parado de pé diante de sua janela contemplando sua parede sem vida. Questionado sobre por que não estava escrevendo, respondeu que decidira não mais escrever.

- Por quê? Mas o que é isso agora? O que vem a seguir?! – exclamei – Não vai mais escrever?

- Não mais.

- E qual é a razão?

- O senhor mesmo não vê a razão?<sup>125</sup>

---

<sup>125</sup> MELVILLE, H. *Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Street*. Porto Alegre: L&PM, 2003, p. 60-61.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: BENJAMIN, W. et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 165-191.

AITKENHEAD, Decca. Peter Higgs: I wouldn't be productive enough for today's academic system. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/science/2013/dec/06/peter-higgs-boson-academic-system>>. Acesso em: 10 maio 2014.

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém*, um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras: 2011.

ARENDT, H. *O Sistema totalitário*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

ARENDT, H. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BARTHES, R *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

BAUERLEIN, M. Professors on the production line, students on their own. AEI Working Paper 2009-01.

BAWDEN. A. Modern languages: degree courses in freefall. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/education/2013/oct/08/modern-foreign-language-degrees-axed>>. Acesso em: 05/05/2015.

BIAGIOLI, M. From Book Censorship to Academic Peer Review. *Emergences*, v. 12. n. 1, 2002, p 18.

BOHANNON, J. Who's Afraid of Peer Review? *Science*, v. 342, n. 6154, 2013 p. 60-65.

BRASIL, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020*. Brasília, DF: CAPES, 2010.

CAPES. Sistema de Informações Georreferenciadas. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>>. Acesso em: 05/05/2015.

COOKE, M. L. *Academic and Industrial Efficiency*. Boston: Merrymount Press, 1910.

DONOGHUE, Frank. *The last professors: the twilight of the humanities in the corporate university*. New York City: Fordham University Press, 2008.

DERRIDA. Direção: Kirby Dick e Amy Ziering. Estados Unidos: Jane Doe Films, 2002, 84 min.

DERRIDA, J. *A Universidade sem condição*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

DERRIDA, J. *O olho da Universidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

DERRIDA, J. Sokal et Bricmont ne sont pas sérieux. *Le monde*, Paris, 20 novembro 1997, p. 13.

DZENG, Elizabeth. How Academia and Publishing are Destroying Scientific Innovation: A Conversation with Sydney Brenner. 2014. Disponível em: <<http://kingsreview.co.uk/magazine/blog/2014/02/24/how-academia-and-publishing-are-destroying-scientific-innovation-a-conversation-with-sydney-brenner/>> Acesso em: 10 maio 2014.

FARACO. C. A. A linguística serve para alguma coisa? *Revista Letras*, Curitiba, n. 56. p. 33-41., jul./dez. 2001.

FARACO. C. A. Questões de política de língua no Brasil: problemas e implicações. *Educar*, Curitiba, n. 20. p. 13-22, 2002.

FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2006 [1975], p. 206.

GUIMARÃES, J. A. As razões para o avanço da produção científica brasileira. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/57-salaimprensa/artigos/47\\_20-as-razo-es-para-o-avanco-da-producao-cientifica-brasileira](http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/57-salaimprensa/artigos/47_20-as-razo-es-para-o-avanco-da-producao-cientifica-brasileira)>. Acesso em: 05/05/2015.

HAMMEL, R. E. Regional blocs as a barrier against english hegemony? The language policy of Mercosur in South America”. In: MAURIS, J. & MORRIS, M. A. Languages in globalizing word. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 111-142.

HUER, J. *Tenure for Socrates: A study in the betrayal of the american professor*. New York: Basic Books, 1991.

INAF, Inaf Brasil. *Indicador de alfabetismo funcional: Principais resultados*. Instituto Paulo Montenegro, 2011.

JACOBY, R. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1990, p. 20.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, Set/Dez. 2005

LA BOÉTIE, E. *Discurso sobre a servidão voluntária*. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/boetie.pdf> Acesso em: 10/07/2015.

LECTURES pour tous. Direção: Jean Prat. Apresentação: Pierre Dumayet. Participante: Roland Barthes. França: Office national de radiodiffusion télévision française, 1964. 8 min. Disponível em: <<http://www.ina.fr/video/I05265306/roland-barthes-sur-son-livre-essais-critiques-video.html>>. Acesso em: 04/05/2015.

LIMA, J. G. Falar e escrever, eis a questão. *Veja*. São Paulo, 7. nov. 2001.

LOPES DA SILVA, F. L. A liberdade sacrificada. In: OURIQUES, N.; RAMPINELLI, W. J. (Orgs). *Crítica à razão acadêmica – reflexão*

sobre a universidade contemporânea. Florianópolis : Insular, 2011, p. 15 – 22.

LYONS, J. The last forty years: real progress or not? In: ALATES, J. E. *George University Round Table on Language and Linguistics 1989*. Washington: Georgetown University Press, 1989, p. 13-38.

MABE, M. The growth and number of journals. *Serials: The journal of the serials community*, v. 16, n. 2, jul. 2003

MARCUSCHI, L. A. Revistas Brasileiras em Letras e Linguística. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 17, n.Especial, p. 83-120, 2001.

MELVILLE, H. *Bartleby, o escriturário: uma história de Walll Street*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

MORGAN, J. Salford culls courses 'to secure future'. 2013. Disponível em: <<http://www.timeshighereducation.co.uk/news/salford-culls-courses-to-secure-future/2004425.article>>. Acesso em: 05/05/2015.

OURIQUES, N; RAMPINELLI, W. J. *Crítica à Razão Acadêmica – Reflexão sobre a universidade contemporânea*. Florianópolis: Insular, 2011.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão da ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003

SAMPLE, Ian. Nobel winner declares boycott of top science journals. (2013). Disponível em: <<http://www.theguardian.com/science/2013/dec/09/nobel-winner-boycott-science-journals>> Acesso em: 10 maio 2014.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHAFFNER, A. C., The future of scientific journals: lessons from the past. *Information Technology and Libraries*, Chicago, v. 13, n. 4, p. 239 – 247, 1994.

SCHENBERG, M. Formação da mentalidade científica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 12, Ago. 1991, p. 123-151.

SOKAL, A. A physicist experiment with social studies. *Lingua Franca*, may/june 1996.

WATERS, L. *Inimigos da Esperança*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.